



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

MARCELO GONÇALVES MISAEL

**OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS
NO ASSENTAMENTO RURAL SANTO ANTÔNIO, CAJAZEIRAS-PARAÍBA**

CAJAZEIRAS-PARAÍBA

2018

MARCELO GONÇALVES MISAEL

**OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS
NO ASSENTAMENTO RURAL SANTO ANTÔNIO, CAJAZEIRAS-PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande, no Centro de Formação de Professores, Campus Cajazeiras com a finalidade de obtenção do título de Graduado no referido curso.

Orientadora: Profa. Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

Cajazeiras

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

M678i Misael, Marcelo Gonçalves.
Os impactos socioambientais de experiências agroecológicas no Assentamento Rural Santo Antônio, Cajazeiras-Paraíba / Marcelo Gonçalves Misael. - Cajazeiras, 2018.
83f.: il.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2018.

1. Questão agrária. 2. Campesinato. 3. Assentamento. 4. Reforma agrária. 5. Agroecologia. I. Lorenzo, Ivanalda Dantas Nóbrega Di. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 332.021.8

MARCELO GONÇALVES MISAEL

**OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS
NO ASSENTAMENTO RURAL DE SANTO ANTÔNIO, CAJAZEIRAS, PARAÍBA**

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Professora Dra. Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo (CFP/UFCG-Orientadora)

Professor Dr. Josias de Castro Galvão (UNAGEO/CFP/UFCG-Examinadora Interna)

Professor M.^aMariana Borba de Oliveira (Examinador Externo)

CAJAZEIRAS-PARAÍBA

2018

A Deus, que nos criou e foi criativo nesta tarefa, seu fôlego de vida foi meu sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Aos meus familiares; Meus Pais: Marcondes Misael e Marleide Gonçalves Ferreira; Irmãos: Maxuel Gonçalves Misael e Mirela Gonçalves Misael; Amigos: Edvaldo Sebastião da Silva, Jarson Lucas Pinto Gomes, Bruno Caldas de Araújo, João Gonçalves da Silva Neto, Kennedy Ricardo da Silva, Kelvin Guedes Gomes, Sebastião Junior da Silva e Moab de Souza Rolim pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), seu corpo docente, colegas de sala, direção e administração que abriram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior ena confiança no mérito e ética, aqui presentes.

A minha Orientadora Profa. Dra. Ivanalda Nóbrega Dantas Di Lorenzo pelo suporte incondicional que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

A Banca avaliadora: Profa. Dra. Ivanalda Nóbrega Dantas Di Lorenzo; Prof. Dr. Josias de Castro Galvão e Profa. M.^a Mariana Borba de Oliveira pela disponibilidade de estarem participando na construção desse trabalho.

Aos Amigos e companheiros de trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT Sertão/PB): Antônio Cleide Gouveia, Francisco Jossean Alves Bezerra, José Luiz Filho, Cícera Gomes de Andrade, tambémdos amigos e companheiros da Rede de Educação Cidadã(RECID): Francisca de Sousa Lourenço e do Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social (IFBDS): Maria do Socorro Ferreira e Diego Nogueira Dantas por estar sempre me oferecendo apoio na minha vida acadêmica.

Aos camponeses pelo acolhimento e pela partilha das histórias de vida, das experiênciasagroecológicas, da luta para conquistar um pedaço de terra e da alegria de contribuir para a construção deste trabalho.

E a todos que, direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho tem como perspectiva analisar e compreender as estratégias de reprodução camponesa pautadas na perspectiva da agroecologia no Assentamento Rural do Município de Cajazeiras-PB, onde foi necessário fazer uma discussão acerca das categorias geográficas Espaço e território fazendo um paralelo com o conceito de Campesinato e Questão Agrária da Paraíba e do Brasil, para assim entender o contexto em que essas famílias se configuraram no cenário de assentamento da reforma agrária. A pesquisa pautou-se em realizar um levantamento das experiências agroecológicas que são realizadas pelos agricultores do assentamento Santo Antônio no Município de Cajazeiras – PB que primeiramente têm o caráter de promover a segurança alimentar das famílias como posteriormente a comercialização na Feira Agroecológica de Cajazeiras-PB em que os próprios camponeses participam, assim destacamos a execução de um projeto social do Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social (IFBDS) em parceria com a CPT-Sertão/PB no Programa de Fortalecimento da Agroecologia e Convivência com o Semiárido (ECOFORTE). A metodologia utilizada na pesquisa enquadra-se como exploratória e descritiva, de natureza quali/quantitativa. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas, depoimento de agricultores e familiares, estudo de campo e observação participante. Conclui-se que a prática agroecológica em assentamentos rurais constitui um elemento fundamental para a mudança de vida dos camponeses principalmente quando estes viviam na condição de meeiros e arrendatários da própria terra que hoje a pertence. Sendo perceptível nos seus depoimentos a tamanha satisfação de poder permanecer no lugar de origem e trabalhar livre dos agrotóxicos e das monoculturas, integrando-se a um novo sistema com base nos preceitos agroecológico e convivência com o semiárido, valorizando o conhecimento tradicional e suas experiências de camponês associando a novas iniciativas de experiência ocasionando a qualificação do saber.

Palavras-Chaves: Campesinato. Questão Agrária. Agroecologia.

ABSTRACT

This paper has as perspective to analyze and to understand the strategies of peasant reproduction based on the perspective of agroecology in the Rural Settlement of the Municipality of Cajazeiras-PB, where it was necessary to make a discussion about the geographical categories Space making a parallel with the concept of Peasantry and agrarian question of Paraíba and Brazil, in order to understand the context in which these families were configured in the scenario of settlement of the agrarian reform. The research was based on a survey of the agroecological experiences that are carried out by the farmers of the settlement Santo Antônio in the Municipality of Cajazeiras - PB and has the character of subsistence as of commercialization in the Fair Agroecológica de Cajazeiras-PB where the own peasants participate, we highlight the execution of a social project of the Frei Beda Institute for Social Development (FBISD) in partnership with CPT-Sertão / PB in the Program for the Strengthening of Agroecology and Coexistence with the Semi-Arid (ECOFORTE). The methodology used in the research is classified as exploratory and descriptive, of a qualitative / quantitative nature. The data collection was done from semi-structured interviews, depoiments from farmers and family members, field study and participant observation. It is concluded that the agro-ecological practice in rural settlements is a fundamental element for the change of life of the peasants, especially when they lived as sharecroppers and lessees of the land that belongs to it today. eing able to perceive in their depoiments the satisfaction of being able to stay in the place of origin and work free of pesticides and monocultures, integrating a new system based on the precepts agroecological and living with the semi-arid, valuing traditional knowledge and their experiences of peasant association associating new initiatives of experience leading to the qualification of knowledge.

Keywords: Peasantry. Agrarian Question. Agroecology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Mapa de Localização do Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras PB.....	37
Imagem 2 - Experiência de Manejo Agroecológico Realizado no Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras - PB.....	40
Imagem 3 - I Representação do Modo de Criação Animal do Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras - PB.....	42
Imagem 4 - II Representação do Modo de Criação Animal do Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras - PB.....	42
Imagem 5 - Processo de Construção do Sistema de Quintal Produtivo/ Reuso de Água Servida no Assentamento Santo Antônio/ Cajazeiras – PB.....	52
Imagem 6 - Experiência de Canteiro econômico no Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras- PB.....	53
Imagem 7 - I Produção Agroecológica no Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras - PB para Subsistência e Comercialização na Feira Agroecológica de Cajazeiras - PB.....	54
Imagem 8 - II Produção Agroecológica no Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras - PB para Subsistência e Comercialização na Feira Agroecológica de Cajazeiras – PB.....	54
Imagem 9 - I Feira Agroecológica de Cajazeiras – PB.....	57
Imagem 10 - II Feira Agroecológica de Cajazeiras- PB.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFCG	Universidade Federal de Campina grande
CPT	Comissão Pastoral da Terra
RECID	Rede de Educação Cidadã
IFBDS	Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social
ECOFORTE	Programa de Fortalecimento da Agroecologia e Convivência com o Semiárido
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
NAESP	Núcleo de Estudos em Agricultura Ecológica do Sertão Paraibano
IFPB	Instituto Federal da Paraíba

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Renda Familiar das Famílias Participantes da Pesquisa do Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras - PB.....	44
Gráfico 02 e 03 - Comparativo das Famílias Participantes da Pesquisa do Tempo que reside no Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras-PB e o Tempo que Realiza Produção agroecológica.....	51
Gráfico 04 - Renda das famílias do Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras-PB participantes da pesquisa adquirida na atividade da produção e comercialização agroecológica.....	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Experiências e Produção Agroecológicas Utilizadas pelas famílias participantes da pesquisa do Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras PB.....	53
--	----

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de Entrevista: Pesquisa da Agricultura Camponesa.....	69
---	-----------

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Estatuto da Associação Sertão Agroecológico.....	76
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. REPRODUÇÃO CAMPONESA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	19
1.1. O Camponato e sua Reprodução Social.....	19
1.2. Territorialidade e Reforma Agrária no Brasil.....	23
1.3. A Espacialização das Terras na Paraíba.....	30
2. ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA E AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO SANTO ANTÔNIO, CAJAZEIRAS, PARAÍBA.....	36
2.1.O Assentamento Santo Antônio; Localização e Histórico.....	36
2.2. Estratégias de Organização e Reprodução Camponesa.....	38
2.3.Infra-Estrutura, Educação, Trabalho, Saúde e Geração de Renda no Assentamento.....	43
3. A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E O PROJETO ECOFORTE.....	45
3.1. A Agroecologia no Desenvolvimento Socioambiental do Assentamento Santo Antônio.....	45
3.2. A Produção seguindo os Princípios da Transição Agroecológica.....	49
3.3. A Comercialização do Excedente da Produção Camponesa.....	56
CONSIDERAÇÕES.....	60
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICES.....	68
ANEXOS.....	75

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa traz a discussão acerca das categorias de análise geográfica: território e espaço na correlação com o modo de reprodução camponês agrário e com princípios agroecológicos existentes a partir de sua própria realidade ou inseridos ao longo do tempo por outras relações de vivência, de acordo com as diferentes correntes do pensamento e conceitos que são elementares para a compreensão dessa reflexão.

A concepção mais comum de território (na ciência geográfica) é a de uma divisão administrativa, através de relações de poder são criadas fronteiras entre países, regiões, estados, municípios, bairros e até mesmo áreas de influência de um determinado grupo. Para (RATZEL, 1990, p.54) “o território representa uma porção do espaço terrestre identificada pela posse, sendo uma área de domínio de uma comunidade ou Estado”.

Milton Santos (1996, p.63) propõe que o espaço geográfico é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.”

Acerca das categorias geográficas para refletirmos em cima do nosso objeto de estudo, ou seja, as comunidades rurais, precisamos também entender suas definições, assim fazemos um breve resgate histórico dos acontecimentos histórico-sociais que culminaram no que chamamos hoje de assentamento/comunidade e rural/agrária.

A estrutura fundiária no Brasil foi um resultado histórico do desenvolvimento da organização da classe trabalhadora e da classe dominante dos meios de produção ainda com algumas impulsões do estado. No Brasil, existiu diversas formas de organização desse espaço: Podemos ver que no sul o estado definiu que precisava ocupar os ditos “espaços vazios”. A ocupação do espaço com imigrantes europeus, organizada em pequenas propriedades familiares, desenvolveu a agricultura de subsistência, denominada também de agricultura colonial.

Assim, as áreas de colonização ao norte do estado, começaram a diferenciar-se por produzir os produtos que a grande propriedade latifundiária não produzia. A diferenciação na ocupação da posse da terra no Rio Grande do Sul possibilitou o surgimento de uma dicotomia muito marcante em sua estrutura fundiária. Nas áreas de fronteira, a propriedade da terra estava associada à sesmaria, enquanto que nas áreas coloniais, ao norte do estado, havia uma estrutura fundiária alicerçada na pequena propriedade familiar baseada na imigração ítalo-germânica.

Já no Nordeste brasileiro, mais precisamente no sertão foi a definição através do potencial de produção de monocultura da cana-de-açúcar foi acentuada no Nordeste devido às condições climáticas. Esta monocultura, escravista, já embutia as características de uma exploração capitalista. A pecuária aparece como atividade adequada para promover a ocupação do interior. Outro fator importante, de concentração da grande propriedade, foi a introdução da cultura do algodão, inicialmente no Maranhão e na Paraíba, desbancando o açúcar, como principal fonte de riqueza. A produção era toda exportada para a fora do país, ocupando áreas da pecuária extensiva.

Como sabemos, todo esse cenário era de total escravidão e exploração do trabalhador assim criou-se alguns movimentos de trabalhadores com intuito de lutar contra todas essas adversidades e injustiças, temos em destaque; Liga Camponesas: foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil. Formadas inicialmente como Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (SAPP), o qual as Ligas tiveram como primeira atuação a organização de 140 famílias arrendatárias no Engenho Galileia, cujas terras não produziam mais o açúcar. O objetivo naquele momento era auxiliar de forma assistencialista a melhoria técnica da produção das famílias do engenho.

A ação das Ligas Camponesas se intensificou, influenciando mobilizações de camponeses pela Reforma Agrária e formando comitês das Ligas em vários estados brasileiros. No aspecto político institucional, as Ligas conseguiram eleger Francisco Julião deputado estadual por duas vezes e uma vez deputado federal por Pernambuco, transformou-se em líder do movimento, Francisco Julião viajou para Cuba, junto a Jânio Quadros, o que evidenciava o reconhecimento internacional da luta pela terra realizada no Brasil.

As ligas defendiam uma reforma agrária profunda no Brasil, recorrendo em alguns casos a ações armadas contramedidas repressivas e autoritárias de alguns latifundiários, essa característica despertou preocupação nos EUA, cuja imprensa apontava as Ligas como uma ameaça política ao Brasil.

Mas o golpe militar de 1964 pôs fim ao movimento da reforma agrária no Brasil. Neste mesmo ano Francisco Julião teve seu mandato de deputado federal cassado, além de ter sido preso. Em 1965, ele conseguiu um asilo no México.

Apesar da eliminação das Ligas Camponesas, o regime civil-militar instaurado em 1964 não conseguiu acabar com o anseio dos trabalhadores rurais brasileiros pela distribuição de terras. A manutenção de uma produção agrícola baseada na exploração de grandes

latifúndios excluía uma grande quantidade de trabalhadores do acesso a este meio de produção, contribuindo para a manutenção de uma extrema desigualdade social no Brasil.

Diante de todas essas questões levantadas trataremos de falar sobre o modo de reprodução da vida do camponês, que é a questão central do texto com toda a contextualização dos processos históricos do desenvolvimento da estrutura fundiária do Brasil: destacando como parâmetros o sul e o sertão nordestino que foram totalmente diferentes seus processos de ocupação territorial e também seus princípios de produção.

Assim como identificamos que o sonho dos camponeses é a terra prometida, isso culminando que os próprios assentados trazem também uma racionalidade no uso da terra, incorporando novos cultivos e fortalecendo a expressão da produção familiar/camponesa em âmbito regional. Dessa forma vimos que a agroecologia é uma alternativa bem viável.

A agroecologia tem sua filosofia de além do manejo do meio ambiente o cuidado com o mesmo em sentido mais estrito, a agroecologia pode ser vista como uma abordagem da agricultura que se baseia nas dinâmicas da natureza, dentre as quais se destaca a sucessão natural, que permite a recuperação da fertilidade do solo, com o uso de fertilizantes minerais naturalmente constituídas com rochas moídas ou processada e o cultivo sem o uso de agrotóxicos, através de ações que buscam o equilíbrio natural dos componentes do solo.

Assim além desses elementos históricos e sociais levados em consideração os elementos físicos também precisam ser destacados pois vivemos num período de estiagem prolongada no semiárido nordestino que origina inúmeras consequências de caráter de escassez de elementos de subsistência: alimentos, água e território. Nesse sentido, a Agroecologia trabalha numa perspectiva contrária à política de agricultura convencional, e por isso, acredita-se na valorização e convivência com o semiárido.

As áreas de assentamentos rurais que são quase sempre esquecidas pelo poder público, será nosso foco de estudo para procurar entender como a Agroecologia pode influenciar no desenvolvimento das comunidades, através do projeto de implantação de experiências agroecológicas coordenadas pelas instituições já citadas, procuraremos observar e analisar que resultados terão nesses lugares seja eles de caráter social e ambiental e econômico.

Portanto é importante destacar também que além dessa pesquisa ser motivada pela questão de componente curricular da academia, também tem a responsabilidade social de tentar vislumbrar novas alternativas de convivência com o semiárido de forma ecológica.

Diante de todo esse contexto apresentado através da iniciativa do Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social (IFBDS), em parceria com Comissão Pastoral da Terra (CPT-

Sertão/PB) ambas situadas no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, junto com a Rede de Cultivos agroecológico do alto sertão paraibano, desenvolveram um projeto social no Programa de Fortalecimento da Agroecológica e Convivência com o Semiárido(ECOFORTE) do ano de 2015 a 2017 coordenados pela IFBDS, CPT-Sertão/PB e rede de cultivos agroecológico do alto sertão paraibano. Propôs a implantação de unidades de experimentação participativa com base agroecológica comunitária em nove assentamentos no estado da Paraíba, tendo como principal desdobramento a formação da “Rede de Agricultores Experimentadores do Estado da Paraíba” e o próprio subsídio de renda resultado do projeto. Concomitantemente ao trabalho nas unidades de experimentação agroecológica, tem sido promovido o debate e a articulação entre importantes temáticas como: segurança alimentar, agregação de valor na produção, obtenção de renda e inclusão social, educação ambiental e desenvolvimento rural sustentável.

Fazendo o recorte espacial e temporal realizamos nossa pesquisa no assentamento rural Santo Antônio localizado no município de Cajazeiras-PB com a finalidade de aprofundar essas reflexões. Propomos com esta pesquisa entender e refletir sobre: Como acontece a reprodução camponesa agroecológica no assentamento Santo Antônio?

Pressupõe-se que a resposta para esta questão perpassa tanto na transição agroecológica do processo de trabalho, mas também no desenvolvimento das experiências agroecológicas desenvolvidas através do projeto social do Programa ECOFORTE, que visa o desenvolvimento sustentável, autônomo e responsável com a sociedade e natureza.

A partir deste estudo sobre os impactos socioambientais de experiências agroecológicas no assentamento rural de Santo Antônio, Cajazeiras – PB definimos como objetivo geral: Discutir as estratégias de reprodução camponesa pautadas na transição agroecológica no Assentamento Santo Antônio, Cajazeiras/PB. E de forma mais específica, desdobramos o objetivo maior em outros objetivos seguintes: Identificar as principais experiências agroecológicas existentes; Refletir acerca da agroecologia no desenvolvimento socioambiental do Assentamento Santo Antônio – Cajazeiras/PB e Estudar de que modo o Projeto social do programa ECOFORTE contribuiu para o desenvolvimento local da comunidade.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da perspectiva dialética e empírica além do estudo de referências sobre a organização do campesinato e sua forma de reprodução agroecológica relacionando com as categorias: espaço, território e campesinato, além da abordagem conceitual e epistemológica depois, realizamos um levantamento de informações acerca do projeto do programa ECOFORTE e do Assentamento Santo Antônio, fizemos uso

da pesquisa oral seguida de uma conversa informal com os camponeses do assentamento já citado.

A estrutura, desta pesquisa monográfica se apresenta dividida em três capítulos. Neste primeiro capítulo, trataremos uma discussão teórica onde são apresentadas, de forma breve, as categorias de análise geográfica: espaço, território, lugar, campesinato e a estrutura agrária pautada na concentração fundiária nacional e mais especificamente paraibana, fazendo um percurso histórico-social.

No Segundo, discutiremos sobre as estratégias de reprodução camponesa agroecológica no assentamento Santo Antônio como também a sua própria caracterização destacando elementos sociais, econômicos, culturais, trabalho e renda com intuito de contextualizar em que sentido se deu os processos camponeses.

E no Terceiro, faremos a discussão das experiências agroecológicas do projeto do programa ECOFORTE além da produção comercialização pautada nessa transição agroecológica que trouxe desenvolvimento do próprio assentamento e residentes.

Finalizando este trabalho, apresentamos nossas considerações finais, referências, apêndices e anexos.

1. REPRODUÇÃO CAMPONESA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Nesse capítulo iremos abordar um pouco sobre a concepção do campesinato no Brasil além de trazer algumas definições e características próprias, como também discutir sobre o processo histórico da questão fundiária do Brasil e como se deu essa espacialização das terras no estado da Paraíba.

1.1. O Campesinato e sua Reprodução social

O campesinato é um conceito que não perpassa apenas no campo ideológico, mas que expressa e se materializa na prática, que ajuda a compreender a realidade agrária brasileira. O conceito camponês, além de seu significado político e da construção de pensamento acadêmico, reflete a história social em sentido amplo. Aqui serão tratados e entendidos como classe social pela sua capacidade de criação e recriação.

Como classe sui generis do capitalismo, sua singularidade se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. É o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução de cada família nem sempre o determine. (OLIVEIRA, 2006, p.16).

Não se trata de uma independência dos fatores e das relações capitalistas, pois há sujeição de renda, de produção, mas uma independência no modo de produção, possibilitando a sua recriação; há uma relativa autonomia campesina, mas também há sujeição desses sujeitos ao mercado capitalista; é a materialização da relação dialética entre o tradicional e moderno.

Como acrescenta Marques (2002, p.2),

A ordem social moderna é organizada pelo mercado e pelo princípio de competição, tendo como valores o indivíduo e a razão. A relação dialética entre tradição e modernidade perpassa toda a cultura brasileira. Não há um destino pré-determinado para o campesinato na sociedade brasileira. O destino dessa classe social é definido ao longo de sua própria história pelas posições que ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária. (MARQUES, 2002, P.2).

Utilizando a lógica da teoria da modernização, o campesinato a fragiliza, no momento em que demonstra que o acesso à técnica e às formas de produção não destroem a lógica camponesa, pelo contrário, percebe-se a sua recriação em outro contexto, com outras possibilidades. O campesinato é a expressão contraditória de um modo de produção cuja mola propulsora não é somente a mercadoria, mas também a acumulação.

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de forma de subordinação às quais pode apresentar-se submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao ‘descampesinamentos’, ora à sua reprodução enquanto camponês. (MARQUES, 2002, p.2).

O conceito de campesinato é um conceito atual e permanente, podendo ser entendido como uma classe social integrada à vicissitude de forças sociais e econômicas do mundo contemporâneo. No Brasil essa classe se destaca pela força de trabalho familiar, e a forma como se articula com o mercado local e o mercado capitalista, levando em consideração às singularidades atreladas a totalidade da dinâmica de reprodução. Como confirma Marques (2002, p.3)

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas em diferentes relações de trabalho e de acesso à terra [...]. Porém, na década de 70, o conceito de pequena produção passa a ser usado como alternativa ao de camponês por seu caráter operacional e por, supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante. Marques (2002, p.3)

Sua relação com o mercado acontece de maneira distinta se comparado aos produtores capitalistas, devido à especificidade do modo de produção, pois ainda que parte da produção seja destinada ao mercado, esse sujeito a faz para garantir melhores condições de reprodução de sua família. Nesse sentido, Souza (2008, p.125), reflete afirmando que

A classificação do quão o camponês está ou não vinculado ao mercado para deixar de sê-lo (camponês) não tem sido teórico, pois não explica. Ou seja, o que interessa são as relações sociais estabelecidas, pois, como afirmado anteriormente, vinculado ao mercado ele sempre esteve. [...] embora os camponeses estejam totalmente inseridos no mercado – sabemos que o mercado sempre fez parte da vida camponesa – esta relação é o meio para manter e ampliar a sobrevivência e não o fim e objetivo da vida. Souza (2008, p.125).

A atividade camponesa não inverte as bases da acumulação ampliada. Mesmo sendo uma atividade baseada numa outra lógica de produção, permite a acumulação dos setores capitalistas, pois o excedente de renda gerado é possível de ser apropriado pelo capital, direta ou indiretamente.

A proposta de analisar o campesinato não tem pretensão de generalizar o conceito, mas o de entender tanto sujeito como conceito a partir das semelhanças e heterogeneidades das caracterizações do camponês-imigrante e colono, levando em consideração o processo e movimento dialético, principalmente no que tange a sua capacidade de recriação a partir das mudanças estruturais em um determinado contexto.

As características levantadas para identificação do sujeito camponês-imigrante (colono) não são na tentativa de engessar a realidade à teoria, pois se entende a especificidade e relevância do camponês muito além de tal caracterização, o sujeito poderá ser compreendido no bojo da investigação da unidade familiar, nas relações de produção, internas e externas, através das relações em um contexto social mais amplo. O campesinato é distinto do modo de produção capitalista devido sua forma de produzir e das relações de trabalho estabelecidos na unidade produtiva. Porém quando se estabelecem as relações externas esse é, muitas vezes, subordinado às condições e às necessidades do mercado capitalista.

Como vemos, não se deve eleger como critério das diferenças o nível de bem-estar e o volume de bens materiais, mas a forma como se organizam internamente. Em outras palavras, deixarão de ser camponeses ao incorporarem a lógica capitalista, expressa na exploração do trabalho alheio e privilegiamento da acumulação de capital. (PAULINO, 2006, p.50).

Os camponeses também formam uma categoria política que explicita as contradições do processo histórico, expressam uma identidade, valores e possibilidades de organização social, que foi materializada através de lutas. Tal organização social é fortalecida devido as especificidades da organização interna da unidade de produção, que os diferenciam dos outros trabalhadores rurais e urbanos, pois operam sob os princípios da força de trabalho familiar, manutenção dos meios de produção, reciprocidade e forma de produção, que objetiva a condição de vida e a reprodução de sua família.

Dessa maneira o que acontece é que o camponês, que deveria possuir a terra e nela ter condições para se reproduzir é condicionado ao capital, restando ao camponês quase nenhuma alternativa a não ser se submeter à lógica capitalista, pois “Ao realizar a expropriação do trabalhador, o capital cria as condições sociais para mostrar a outra face do seu processo de reprodução, a exploração do trabalhador que já foi expropriado” OLIVEIRA, 1991, p.111).

Os camponeses se caracterizam, principalmente pelas relações de produção. Na economia camponesa destaca-se pelo trabalho familiar, pela economia de subsistência, pela propriedade familiar e controle da terra (expresso no direito à posse), ou seja, do controle dos meios de produção, além do planejamento e cálculo/tempo da produção, diferenciando dos não-camponeses e das propriedades capitalistas.

O campesinato brasileiro é a expressão permitida de outra forma de produção que não a capitalista sob determinada estrutura e sob certas formas de negação política. Analisando o camponês livre, não percebi que esse poderia se desenvolver no seio do capitalismo moderno, sendo contraditoriamente necessária à reprodução do capital.

O campesinato deve ser analisado a partir do contexto histórico em que está inserido e da estrutura de sociedade em que se reproduzem. Esses fatores interferem nas formas de produção e na vida social. Dessa maneira, não se pode perder de vista que os sujeitos aqui tratados estejam vinculados ao desenvolvimento desigual e combinado do capital; ao desenvolvimento ampliado de reprodução do capital; as políticas de colonização. Esse sujeito não é estranho/desconhecido ao capital, mas necessário para a sua reprodução.

Os modelos de desenvolvimento agrícola são responsáveis pela produção de excessos, dependentes das tecnologias poluidoras, além de provocarem fragilidade econômica nas unidades de produção. Percebe-se a não solidez dos projetos capitalistas para o campo, possibilitando enxergar a (re)criação do campesinato, no qual demonstra que a agricultura camponesa é a que melhor se adapta as mudanças. No caso da agricultura familiar, essa passa a atender as novas exigências de produção do mercado capitalista.

1.2. Territorialidade e Reforma agrária no Brasil

Antes de iniciara discussão sobre a questão agrária é importante deixar claro nosso posicionamento em relação à conflitualidade dos paradigmas que interpretam o campo na atualidade. Defendemos o debate a respeito da questão agrária, que se desenvolve a partir do princípio da superação. Nesta perspectiva, se encontra a luta contra o capitalismo e o desafio da construção de alternativas e experiências de superação deste sistema para além do capital, comprometidos com a transformação da sociedade, desenvolvimento sustentável e na emancipação do ser humano. Concordando com Fernandes; Welch e Gonçalves:

O paradigma da questão agrária prioriza as lutas de classes para explicar as disputas territoriais, os modelos de desenvolvimento e suas conflitualidades. Sendo a questão agrária um problema estrutural, a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade. [...]. (2010, p. 3).

Em outra ótica se encontra o debate a respeito do capitalismo agrário, que vem sendo desenvolvido e defendido a partir do princípio e valores do sistema capitalista, fortemente ligado ao agronegócio formado pelas grandes transnacionais, o capital financeiro e os grandes proprietários de terra. Neste paradigma,

[...] a produção de desigualdades também é explicada como um problema conjuntural do capitalismo e que poderia ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Esta “integração” seria necessária porque o campesinato compõe uma estrutura incompleta e necessita do mercado capitalista para se desenvolver. Nesta lógica, campesinato e capital “interagem” [...]. Esse processo é explicado pelo paradigma do capitalismo agrário que prioriza as políticas sociais para aproximar relações entre a produção capitalista e a produção familiar (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 3).

Assim, com tais posicionamentos expostos, é de fato importante reafirmar a importância de ambos na construção da história. Propomos, neste processo de construção da história ser, nós mesmos, os protagonistas da nossa realidade. Sendo assim, da própria história.

A usurpação do ser humano, do seu direito ao território, de onde constrói sua existência, é uma ação destruidora do homem, como vem fazendo o capital, ao expropriar as comunidades: de suas propriedades, aldeias, quilombos e outros tantos nomes usados pelos diferentes povos para denominar seus territórios. Desapropriando de forma violenta, transformando relações humanas desenvolvidas ao longo da história por gerações, forjando outra cultura fundamentada predominantemente no lucro, no consumismo e no individualismo.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: "A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc.". O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si. (1993, p.50)

Para contribuir neste debate, Haesbaert traz uma reflexão da produção do território numa dimensão também cultural, apropriação simbólica, e não somente na dimensão política e econômica:

Podemos então sintetizar afirmando que território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais os grupos territoriais e as escalas geográficas que estivermos analisando. (2005, p. 121)

Concebemos o território como espaço de construção da vida do homem e da mulher, da natureza em sua multidimensionalidade. Esta condição só é compreendida pela relação social, política, econômica, cultural e espiritual, isso acontece em um espaço, material e imaterial, entendendo que um, é a subjetivação e objetivação do outro, dialeticamente se criam e recriam.

O território é o espaço onde acontece o formato, a ação e ideologia de diferentes relações sociais presentes na realidade. O sistema capitalista se constrói ideologicamente baseado na exploração dos meios de produção, das riquezas naturais e do próprio ser humano num processo predatório, inclusive do próprio sistema e do homem. Impõem uma homogeneização das relações sociais, com o consumo de sua produção, da competição, do lucro e da acumulação de riqueza como pilares

Assim entende-se que o espaço agrário brasileiro é marcado por contradições que fazem da gestão do território um jogo de forças em que prevalece os interesses de uma minoria economicamente soberana. Durante o regime de sesmarias os prestígios que os fidalgos dispunham frente à coroa levavam a obtenção de terras, posteriormente, com a mercantilização da terra o prestígio está no poder econômico, sendo este, o fator decisivo na obtenção de terra, que conseqüentemente trará prestígio e poder, conforme elucidou Costa (1987 apud PAULINO, 2006, p. 68).

Com a sedimentação da classe dos proprietários nasce a aliança entre capital e terra, as conseqüências são muitas, principalmente na organização do território, que não se circunscreve apenas ao campo, mas envolve a tudo e a todos. Não é mais possível compreender as contradições historicamente instaladas, sem olhar a gênese da questão agrária contemporânea a partir do processo de territorialização do capital, facilitado pela mercantilização da terra, que têm na transição do trabalho escravo para o trabalho livre os sustentáculos para formação de uma estrutura agrária excludente.

Partimos do pressuposto que os caminhos traçados neste período, certamente, serviram de bases para a gênese da atual concentração fundiária, na qual, a mercantilização da terra a coloca no centro do desenvolvimento capitalista. Como afirmou Martins (1994, p. 153), “nem é preciso dizer que essa associação entre capital e terra é, na verdade, uma poderosa e devastadora aliança de classes sociais, e que fragiliza enormemente os trabalhadores, em particular os trabalhadores rurais”

Originalmente a organização do território brasileiro foi caracterizada pelo modelo português de concessão de sesmarias, no qual a coroa cedia terras destinadas à exploração e moradia. As sesmarias foram o primeiro instrumento jurídico de acesso à terra no Brasil, sendo resultado da transferência para a colônia do sistema adotado em Portugal para resolver um problema de abastecimento vivido nos fins do século XIV, em que os senhores não produziam e nem arrendavam suas terras. Diante disso, a coroa criou o regime de sesmarias com a finalidade de tornar as terras produtivas, instaurando a prerrogativa de devolutividade para todas as terras incultas ou subproveitadas (SILVA, 2008, p.65).

As sesmarias representavam uma forma de exploração, latifundiária, subordinada ao trabalho escravo, isso porque, neste período, a terra não ocupava lugar relevante na relação de troca, uma vez que a concessão era facilmente conseguida pelos fidalgos.

O Brasil desenvolve-se, em termos da apropriação territorial, sobre dois pilares: o primeiro ligado a expansão europeia dos séculos XV e XVI, que influencia a forma de exploração econômica das novas terras, ou seja, aponta o que se deve produzir; o segundo caracteriza-se por ser colônia portuguesa, a metrópole determina como explorar as terras, transferindo para cá o modelo de sesmarias.

Com o fim das sesmarias passamos por um período em que não havia legislação que regulamentasse o acesso à terra, com isso, a prática da posse ganha maior expressão. Segundo Silva (2008, p. 75) entre 1822 e 1850 ela foi à única forma de obter terras no Brasil.

É no contexto da promulgação da Lei de Terras (Lei 601) em 1850 que se pode verificar uma mudança significativa na forma de produção do capital, isso porque, desde o período de vigência da lei de sesmarias as relações de produção estavam sedimentadas na exploração da força de trabalho do escravo e não na posse da terra. Porém, como destaca Paulino (2006, p. 66) “os escravos se constituem no bem de maior valor dos senhores, o que não dispensa a necessidade de controle sobre a terra, o real meio de produção”.

A promulgação da Lei de Terras vai acontecer quase que simultaneamente a proibição do tráfico negreiro, fato encabeçado pela Inglaterra que era a potência hegemônica da época, com o intuito de viabilizar o desenvolvimento do capitalismo em seu território, em vias de industrialização, com isso, vai pressionar para o fim do trabalho escravo com o objetivo de criar mercado consumidor para seus produtos industriais.

Uma das maiores consequências da Lei de Terra foi à possibilidade de se consolidar a classe dos proprietários de terras, privando a grande maioria dos camponeses desta possibilidade.

É que a Lei de Terras, longe de ter por objetivo a liberalização do acesso à terra, teve por objetivo justamente o contrário: instituir bloqueios à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força de trabalho nas grandes fazendas (MARTINS, 1994, p. 76).

Também mudou a relação do Estado com a propriedade da terra, pois no regime de sesmarias as terras cedidas permaneciam sobre seu domínio, o beneficiado tinha apenas o direito da posse e do uso, porém, agora os fazendeiros tinham a propriedade absoluta, como também a tinham sobre os escravos.

Neste cenário, a Lei de Terras acabou por ser a saída escolhida, não apenas para os problemas de apropriação territorial, que com o fim das sesmarias, e durante também, estava um verdadeiro caos, mas também para o problema que a imigração traria, pois com a proibição do tráfico negreiro e o evidente fim do trabalho escravo o imigrante seria a única alternativa para suprir a demanda das fazendas.

Outro ponto relevante nesta construção histórica vai ocorrer já na década de 1930, quando chega ao governo o primeiro presidente alinhado aos interesses da burguesia. Porém, aqui ocorre o que Martins (1994, p.80) chama de pacto de classes, ou seja, mesmo a burguesia urbano-industrial ganhando força não acontecerá uma ruptura entre ela e os proprietários de terras. Na verdade, a burguesia se constitui, num primeiro momento, pelos agraristas que buscam nas atividades urbano-industriais uma forma de aumentarem seus ganhos (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p.45).

Certamente é um pacto político que tem como objetivo manter a hegemonia de classe, ou seja, uma classe numericamente menor, mas economicamente privilegiada, faz prevalecer seus interesses sobre a maioria da população que é economicamente desfavorecida.

Neste contexto, a criação do Estatuto da Terra deve ser compreendida como estratégia de manutenção das estruturas sociais. A partir de 1950 o campo brasileiro passa por tensões que extrapolam seus limites, a sociedade começa a ser municiada com questões que remetem a mudanças sociais abrangentes.

As reformas sociais começam a ganhar adeptos por diversos setores da sociedade, até mesmo a Igreja Católica de tradição conservadora e oligárquica entende essa necessidade, principalmente a da reforma agrária. Porém, diverge de como executa-la, a Igreja via na garantia do direito de propriedade dos fazendeiros um obstáculo à reforma, sendo que, este obstáculo deveria ser removido através da indenização imediata dos proprietários. Na verdade, defendia que se cumprisse o dispositivo da Constituição Federal de 1946, que estabelecia que diante da desapropriação de terras para fins sociais, no caso a reforma agrária, o fazendeiro deveria ser indenizado previamente em dinheiro. Como destaca Martins (1994, p.72) “esse dispositivo tornava a reforma agrária economicamente inviável”.

Com surgimento das Ligas Camponesas, e as tinha como sua maior manifestação concreta, porém, elas eram adeptas da reforma agrária radical, defendendo a desapropriação das grandes fazendas e a substituição por pequenos proprietários e pela agricultura familiar.

Segundo Martins (1983, p. 89), “as Ligas evoluíram no sentido de definir a reforma agrária radical em termos opostos àqueles propostos pela esfera política e também pela Igreja”. Elas que sugeriram no engenho da Galiléia, no estado de Pernambuco, com finalidade

meramente mortuária, logo se disseminaram pelo nordeste brasileiro e passaram a representar a primeira organização social de luta pela reforma agrária no Brasil (OLIVEIRA, 1995, p.55).

Com o golpe militar de 1964, os militares procuraram desenvolver uma modernização conservadora da agricultura, modernizando os instrumentos de produção, mas conservando, no entanto, a estrutura fundiária. Desta forma, mantém-se a propriedade da terra e com isso acentua-se a concentração, até porque, grandes áreas do patrimônio público serão destinadas aos capitalistas no sentido de desenvolverem empreendimentos agropecuários.

No final de 1966, o governo militar já aprovava as primeiras leis de intervenção econômica (e, posteriormente, militar) na Amazônia. Rapidamente, as grandes empresas começaram a avançar sobre imensas áreas de terras na região, expulsando posseiros, promovendo a remoção de tribos indígenas, cometendo violências (MARTINS, 1994, p. 128).

União Democrática Ruralista (UDR) nasceu em 1985, sendo organizada pelo setor latifundiário, tendo como objetivo defender os interesses dos fazendeiros, foi também uma resposta dos grandes proprietários de terras aos movimentos sociais, que se multiplicavam significativamente após a ditadura militar, período no qual eles foram fortemente reprimidos.

Podemos considerar que a nossa história é marcada pela “opção” em perpetuar o modelo agroexportador, com todas as suas especificidades, submetendo uma grande parte da população rural aos interesses da burguesia agrária, sendo que seu poder econômico proporciona favorecimentos políticos, que imputam a ela o direito de traçar os caminhos que o país irá seguir.

Porém, isso nos permite dizer que a derrota maior, no sentido da reforma agrária, vai acontecer na Constituição Federal de 1988, quando se utiliza o conceito “propriedade produtiva” (artigo 185), sendo esta insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária. Com isso, cria-se um mecanismo para dificultar a desapropriação de terras improdutivas, pois na verdade este conceito abre espaço para ambiguidade, reafirmava-se a propriedade privada da terra como algo inviolável, mesmo não sendo utilizada como deveria e tampouco exercendo sua função social

É a gestão do território com novas roupagens, mas com mesmo conteúdo, a primazia incorporada pelo capital em relação a qualquer outra necessidade social.

Na verdade o que se assiste são políticas de reforma agrária como meio para acalmar as lutas no campo e as reivindicações dos movimentos sociais, mas não no sentido de uma reforma efetiva da estrutura agrária do país, que além de altamente concentrada ainda apresenta muitas terras em condições de baixa produtividade ou até mesmo improdutivas.

Com a derrota da reforma agrária na Constituinte de 88 os nascentes movimentos sócio-territoriais caminharam para se constituir nos novos personagens da cena política nacional. Seu único caminho foi a luta pela terra. A história que marca a longa marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas, quase sempre, sangrenta desta classe social. Oliveira (2007, p. 130),

Temporalmente falando os conflitos gerados pelo direito de posse das terras brasileiras são antigos e prosseguem, o que pode ser visto pelas lutas dos povos indígenas, quilombolas, posseiros, dentre outros camponeses Sem Terra, o que fez com que originasse dentre tantos movimentos e organizações camponesas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em favor dos sujeitos do campo e pela reestruturação fundiária no País.

A CPT fomentou alguns encontros nacionais no sentido de promover a reflexão sobre as lutas pela terra, mas vai ser em 1984 que acontecerá o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e com isso, consolida-se a articulação nacional das lutas pela terra, se até então tínhamos movimentos localizados e lutas isoladas a partir desse momento elas passaram a acontecer de forma coordenada. Neste encontro então nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), sendo também definidos os princípios do movimento. Organizado nacionalmente ele tem se apresentado como o movimento de maior importância social e política do país, responsável por colocar o tema da reforma agrária nos debates políticos. (FERNANDES, 2000 p,73)

Tanto o MST quanto a CPT ao espacializar-se colocou em evidência o que acontecia no campo, não só travando lutas pela terra fora das cidades, mas trazendo para dentro delas suas lutas, através de ocupações de órgãos públicos, caminhadas, marchas, etc. Assim, expuseram sua condição de sem terra e com isso construíram a possibilidade de territorializar-se, mesmo contrariando os interesses de uma minoria latifundiária que luta contra a reforma agrária.

Sabemos que o caminho ainda é longo, que os governos por diferentes estratégias tentam não executar a reforma agrária, porém, os camponeses estão engajados na luta para a concretização da tão esperada reforma. Não basta apenas criar assentamentos, deve-se questionar a estrutura agrária concentrada, esta sim deve ser revista e alterada assim como outros muitos países já o fizeram.

1.3. A Espacialização das Lutas por Terra na Paraíba

Para Milton Santo a natureza é a origem, ela provê as coisas, as quais são transformadas em objetos pela ação do homem através da técnica. “No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos.” (SANTOS, 1996, p.65).

Pensando nessa lógica de Santos a espacialização das terras na Paraíba se deu pelo atual território teve sua conquista um século após a colonização do Brasil, esta marcada pela exploração e dominação colonial acompanhada pela violência em massacre da população indígena à forte resistência da população nativa que se dividia basicamente em três grandes nações : Tupi, Cariris e Tarairús.

Nos primeiros anos de dominação portuguesa, os índios mantinham uma relação diga-se amigável com os colonizadores chegando existir certo cooperativismo entre os mesmos.

Os Potiguaras (Pertencente á nação Tupi) buscavam a madeira, cortava-a como o cliente queria, transportava-a até o local de embarque, auxiliava no acondicionamento a bordo. Cultivava, a pedido do forasteiro, o algodão silvestre e outras espécies de seu interesse. Construía Galpões, onde a colheita pudesse ficar sem se deteriorar até o embarque: levantava provisões em que figura em primeiro lugar o beiju de mandioca. (MOREIRA, 2010, P. 28)

Neste primeiro momento os índios não representavam nenhuma ameaça aos portugueses, enquanto sua liberdade e a posse de suas terras lhe eram assegurado, mas não durou muito essa harmonia. Na medida em que a colonização avançava, também se ampliava a dominação das terras e os índios aos poucos iam tornando escravos dos portugueses. Entretanto estes reagiram com bravura ao processo colonizador de sua terra e de seu povo, instituindo assim a primeira forma de luta pela terra na Paraíba. A submissão do espaço paraibano à dominação colonial foi marcada pelo massacre da população nativa, seja no sentido de sua própria eliminação ou pelos ultrajes a que foi submetido (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.33).

A colonização do espaço paraibano teve como base o sistema de produção voltado a atender os interesses econômicos da metrópole portuguesa. Tal conquista se deu do Leste para Oeste , ou seja do Litoral ao Sertão. No Litoral a economia se baseava na plantação em cana-de-açúcar marcada por divisão de grandes unidades de terra produtivas chamados de engenhos e pelo trabalho escravo. Os engenhos constituíam a base econômica e social da

colônia brasileira que compreendia tanto atividade agrícola quanto atividade industrial, compreendia o processo de transformação da cana de açúcar.

Mas foi a pecuária que influenciou o processo de ocupação e povoamento do agreste e Sertão paraibano. Isso Porque foi preciso fazer a separação da atividade canavieira da pecuária, que resultou na divisão regional do trabalho; o Litoral ficava com a produção açucareira enquanto o Agreste e Sertão voltavam-se para a pecuária e produção agrícola. Contribuindo assim para o povoamento dessas áreas, por liberar mão-de-obra forçando uma migração intensa para interior paraibano. No entanto o gado foi deslocado para o interior do estado através dos cursos dos rios, chamado de “caminhos do gado”. Assim ao longo dos cursos dos rios formaram-se fazendas com grandes currais de gado, originando a formação de vários núcleos populacionais.

Devido às condições naturais, como a presença de água foram favoráveis para o povoamento. Os cursos dos rios além de servirem como trilha percorrida pelo gado, tornaram-se caminho para circulação de mercadorias entre o Sertão e o Litoral. A fazenda surgia como uma unidade fundamental na organização social, econômica e cultural do sertão. A organização do trabalho era uma combinação de mão-de-obra escrava e livre. O número de escravos nas fazendas era pequeno, pois o sistema de organização de trabalho não exigia muitos trabalhadores. A administração estava sob responsabilidade do vaqueiro. Estes trabalhadores, socialmente mais independentes e economicamente melhor remunerados que os trabalhadores dos canaviais . Assim a pecuária bovina foi a principal responsável pela ocupação do sertão (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.40).

Nesse sentido Andrade (2005, p. 188) descreve:

No Sertão a agricultura não era atividade principal desenvolver-se mediocrementemente á sombra dos “currais”, devido aos altos preços dos gêneros agrícolas que vinham do Litoral, assim resistia os pequenos campos cultivados limitados por cercas ou valados, uma vez que essa atividade era feita visando ao abastecimento da população de cada “curral” se desenvolvia nos locais mais úmidos favoráveis, onde os solos eram mais espessos como leitos de rios, riachos e lagoas secas cultivavam portanto a cultura de vazante. Essa agricultura restringia-se apenas a mandioca, milho, feijão e algodão. Nas “serras frescas”, porém se plantava cana-de-açúcar e plantas fruteiras. Assim , constituíam as áreas agrícolas como pequenas manchas “ilhas” isoladas na vastidão da caatinga sertaneja. (ANDRADE, 2005, p. 188)

No século XVIII um novo produto é introduzido no nordeste, este provocando mudanças no espaço nordestino, tornando-se uma das principais culturas agrícolas da região, vários fatores favoreceram para a sua ascensão, como o aumento da população municipal e conseqüentemente o aumento do consumo de tecido , a descoberta de novas máquinas que

iriam fortalecer a indústria têxtil. A Revolução Industrial, a abertura dos portos e a Guerra de secessão nos EUA eliminaram pelo um bom tempo concorrentes mais desenvolvidos e o maior aperfeiçoamento na produção de algodão do que os produtores nordestinos. Isto fez com que o algodão se tornasse um produto forte na economia nordestina a ponto de enfrentar a produção açucareira com algum prestígio, tanto na disputa de terras quanto de mão de obra.

O algodão operou após meados do século XVIII, uma revolução agrária não só Agreste, mas nas regiões paraibanas se alastrando de tal forma que chegou a rivalizar com os engenhos de açúcar, não somente pelo número de escravos que chegaram a possuir e pelas as construções, mas pela vantagem e lucros que davam a indústria. Não foram só os grandes fazendeiros que aderiram à cultura do algodão, aos poucos os pequenos proprietários também passaram a semeá-lo nos pedaços de terra de que dispunham, associado ao milho e ao feijão, a fim de colher de um mesmo roçado um produto de subsistência e outro de venda. Assim o Algodão foi mais democrático que a cana, e se tornou um produto de ricos e pobres (ANDRADE, 2005, p.150).

Aos poucos o algodão foi tornando-se o produto mais cultivado pelos trabalhadores pelo fato de sua mão-de-obra ser mais barata e mais prática do que a produção da cana-de-açúcar, também porque diferente da cana-de-açúcar quase todos podiam plantar algodão, tanto grande proprietário de terra como o pequeno, até mesmo os moradores e foreiros passaram a plantar o produto pelo fato de não prejudicar suas plantações agrícolas, pois os mesmos plantavam suas culturas alimentícias juntamente com o algodão que deu muito certo. Mesmos plantavam suas culturas alimentícias juntamente como o algodão que deu muito certo. Assim, o algodão não, pôs em risco a produção agrícola e por ser um produto comercial, o algodão foi responsável pelo crescimento e povoados de vilas e cidades trazendo um maior desenvolvimento para a vida urbana incipiente para o interior.

Após o grande surto de algodão, outro ciclo econômico viria a modificar mais ainda as paisagens e os espaços paraibanos. O café que por muito tempo era cultivado apenas nos quintais de casas para o uso doméstico na metade do século XIX devido o baixo rendimento da cana-de-açúcar, o café veio para superar a crise. Parou engenhocas e expulsaram para terras mais pobres as pequenas e tradicionais plantações de gêneros agrícolas, arruinaram florestas inteiras e enriqueceu muitos fazendeiros da época era uma cultura de rico já que moradores e foreiros não podiam plantar. O Café de certa forma regrediu a produção de gêneros alimentícios, principalmente do pequeno agricultor já que o produto não se associava com as plantações agrícolas que garantia a sobrevivência dessa classe trabalhadora. Sua colheita não necessitava de tanta força escrava como na cana-de-açúcar, mais precisava de um bom contingente de trabalhadores pois todo o cultivo era feito a base de enxada. Assim

atraídos por pequenos salários era comum a presença de mulheres e crianças empregadas para completar a renda familiar. De certa forma isso proporcionou o desenvolvimento do trabalho assalariado no Agreste e Sertão (ANDRADE, 2005, p.163).

Os agricultores sertanejos na sua maioria moravam em propriedades alheias como foreiros ou moradores. Estes tinham que dividir seu trabalho entre o seu próprio roçado e os dias de serviços prestados ao proprietário da terra que as vezes tinha que pagar em dinheiros ou com parte da produção ao seu patrão pela área cultivada ou quando este possuía terras para cultivar teriam que pagar com um ou mais dias de serviço gratuitos para o proprietário da terra estando assim sujeito ao “cambão”.

Cambão era trabalhos foreiros obrigados a dar um ou mais dias de serviço semanal gratuito ao proprietário da terra. Estes não podiam pagar para outra pessoa prestar o serviço no seu lugar , tendo que ser prestado por eles mesmos como uma honra ao dono da propriedade (ANDRADE, 2005, p.167).

Na metade do século XX a agropecuária paraibana passa por intenso processo de transformação em decorrência do processo de modernização da agricultura nacional em que os governos apresentam políticas creditícias com forte incentivos fiscais. Tais políticas atuaram de maneira desigual atendendo primeiramente os agropecuaristas do Centro-Sul. No tocante a Paraíba, a mesma beneficiou os grandes proprietários de canaviais que foram favorecidos através do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), Destinado tanto para a produção industrial quanto agrícola, provocando mudanças significativas no espaço canavieiro paraibano.

Os incentivos governistas veio a modernizar um sistema maquinário dos canaviais com a instalação de destilaria de álcool levando o aumento da produção e ao mesmo tempo intensificando o uso de fertilizantes e defensivos químicos nas lavouras trazendo sérios efeitos econômicos e sociais. A pecuária foi contemplada com subsídios de juros baixos e longos anos de carência e incentivos fiscais voltados para o melhoramento da pastagem , na difusão da palma forrageira, na introdução da algarobeira e na disseminação do uso de rações industrializadas ocorrendo um aumento significativo do rebanho no estado. (VARELA, 2006, p.76).

O fato é que o pequeno produtor não foi tão beneficiado por tais políticas, houve expansão da fronteira canavieira onde a vegetação nativa e plantações alimentícias foram substituídas por plantação de cana, atraídos por trabalho assalariado muito dos pequenos produtores rurais das microrregiões canavieira deixaram suas terras para trabalhar nas usinas de cana, com longas jornadas de trabalho exaustivas e baixos salários. Provocou mudanças na distribuição da população rural e urbana. Crescimento das periferias juntamente com a

pobreza falta de saneamento e moradia, passou a ser mais notáveis na área urbana e maior concentração de terras na área rural. Entre 1975 e 1985 o número de trabalhadores assalariados temporários na zona canavieira praticamente dobrou, passando de 13,8 mil para 26,8 mil trabalhadores enquanto que o contingente de arrendatários e foreiros reduziu-se em 42,8% no mesmo período. Observa-se igualmente um declínio expressivo no número de parceiros subordinadas (43,7%); e de moradores e agregados (-82%) (MOREIRA; TARGINO, 2001, p.53). Os interesses dos agronegócios e as políticas dominantes favorecerem as grandes propriedades, a produção dos especializada a monocultura e à mecanização (ALTIERI, 2002, p.88).

As décadas de 1980 e 90 marcaram-se pelo declínio na agricultura paraibana, a crise externa recessão na economia nacional e o fim do regime militar destaivaram diversos programas assistencialistas, fazendo o país repensar rigorosamente em seus gastos, Culminando um declínio sistemático no programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL). O Proácool progressivamente foi desestruturado-se levando á instalação de uma crise de acumulação no setor canvieiro paraibano que se arrasta até os dias atuais (MOREIRA; TARGINO, 2001, p.62). A produção algodeira também sofreu declínio com praga do bico-de-cara. Os efeitos destas ações foram sentidos nas atividades agrárias e estrutura fundiária da Paraíba. Vários conflitos ocorreram no território paraibano, principalmente na zona canavieira do Litoral ao Brejo, terras que eram destinadas à plantação de cana tornaram-se assentamentos rurais e muitos do ex trabalhadores das usinas ocuparam estas terras, pois estes foram trabalhadores do campo que abandonaram suas terras, traídos pelo trabalho assalariado das zonas canavieiras. Existiam conflitos e diferentes ordens mas todos relacionados à desarticulação dos tradicionais vínculos de trabalho da agricultura familiar, sejam como posseiros, foreiros os moradores (MOREIRA; TARGINO, 2001, p.64).

A ocupação do território sertanejo tem, em sua história, as marcas da violência, da apropriação de terras incultas e da subordinação do trabalho escravo ou livre. A atividade pecuária, na necessidade de mais espaço para o gado forçou a interiorização e construção de vários currais colaborando para o povoamento daquela região (RIBEIRO, 2006, p.68).

Algumas características que diferenciavam as relações culturais, sociais e econômicas do sertão em relação ao litoral eram: a instalação de grandes domínios latifundiários com baixa densidade populacional e econômica; o baixo nível de capitalização exigido para a edificação de uma fazenda; a organização do trabalho livre e escravo; o acesso à terra pelos homens livres; as relações com o mercado metropolitano.

De fato, as relações de trabalho camponesas tradicionais retraíram-se a partir de 1985 e verificou-se uma intensificação do êxodo rural na região sertaneja, para outras cidades do estado e do país (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.78). Esse acontecimento, associado a fatores climáticos como as estiagens prolongadas e ao avanço de uma atividade pecuária semi-intensiva, possibilitada pelo avanço do processo de modernização do campo a partir dos anos de 1970, contribuiu para o crescimento de diversas cidades do Sertão da Paraíba.

A estrutura agrária paraibana evidencia a necessidade de uma redefinição fundiária e produtiva. Mesmo assim as unidades de agricultura familiar mante-se ativas e trabalham de acordo com os diferentes estratos ambientais que constitui o espaço agrícola paraibano. Nas áreas de “brejo de altitudes” as antigas plantações de cana foram substituídas por fruticulturas (banana, manga, caju entre outros) já as áreas planas são ocupadas pelos roçados tradicionais: milho, feijão, mandioca, batata doce, fava entre outros na região do sertão tida como áreas mais secas de solos arenoso ou argilosos se caracteriza pela presença mais expressivas da pecuária e plantações de milho e feijão.

2. ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA E AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO SANTO ANTÔNIO, CAJAZEIRAS, PARAÍBA

Neste capítulo explanaremos sobre o nosso objeto de estudo, expondo as formas de organização dos camponeses que participaram da pesquisa, como também apresentando as os elementos que compõe a estrutura existente do assentamento como: infraestrutura, saúde, educação, geração de renda e etc.

2.1.O Assentamento Santo Antônio; Localização e Histórico

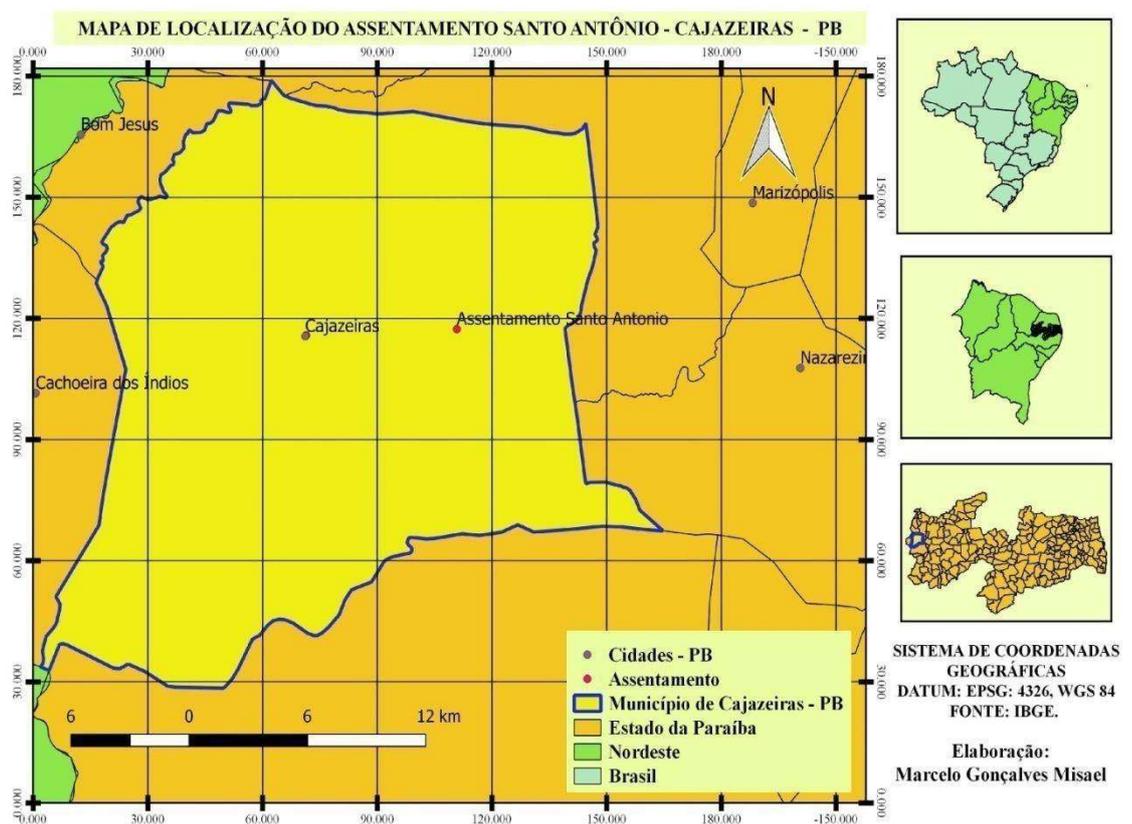
Mergulhando nas Contribuições Klass Woortmann (1990), os modos de vida camponeses apesar de cada cultura possuir categorias centrais específicas com relação aos camponeses existem categorias nucleantes que são notadas em todas as sociedades camponesas. Estas categorias são: terra, trabalho e família. Isto significa que no que concerne ao campesinato não é possível pensar estas categorias de maneira independente, pois uma complementa a outra. Esta é a diferença de quando encontramos estas mesmas categorias comuns em culturas urbanas. São estas categorias nucleantes valores e princípios que definem sua organização. Estes valores como a honra e a hierarquia se opõem as sociedades modernas de mercado. Teríamos uma lógica não mercadológica que condiciona a reprodução camponesa. Poderíamos dizer que existem duas lógicas distintas que se confrontam, ou seja, o campesinato representa uma ordem moral que se contrapõem a uma ordem econômica, “[...] a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e hierarquia. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado: em outras palavras, pode-se opor uma ordem moral a uma ordem econômica. [...]” (WOORTMANN1990, p. 23,).

Outra contribuição importante para entendermos a contextualização do campesinato brasileiro vem de Rosimere Aparecida Almeida que trás a questão do sentido da terra para o camponês é a vida. A terra tem uma representatividade daquilo que é essencial à sua sobrevivência: o alimento. Assim, terra e comida é uma coisa só: “a comida é a fonte de vida, a terra é a mãe que a fornece por meio do trabalho” (ALMEIDA, 2006, p.304). A partir dessas considerações, é que as diversas tipologias do campesinato são somente maneiras que o camponês busca para manter-se na terra ou a ela voltar. Seja ele denominado de acampado,

bóia-fria, posseiro, arrendatário, assentado, proprietário, trabalhador rural, meeiro, parceiro, ocupante, sitiante, colonos etc., é antes de tudo camponês.

Assim considerando essas concepções de reprodução do campesinato temos a histórica da Fazenda Santo Antônio teve sua originalidade como uma pequena porção de terra, chegando ao máximo à categoria de sítio, só mais tarde atingiu a categoria de fazenda quando os donos adquiriram mais terras circunvizinhas, assim a Fazenda Santo Antônio chegou a aproximadamente 664,65 ha. Pertencente ao Major Galdino Pires a fazenda produzia algodão arbóreo e possuía uma criação de gado.

Imagem 01: Mapa de do Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras – PB



Fonte: GONÇALVES, 2018

A fazenda abrigava 32 famílias que trabalhavam nas condições de reideiros e meiros, e essas famílias plantavam arroz, feijão, milho, para sua sobrevivência e capim para a alimentação de alguns animais que possuíam. Toda a produção era dividida em meia ou em terça com os donos da fazenda por conta do uso da terra, inclusive a lenha, pois era permitida a retirada da mesma para o consumo doméstico e para comercialização.

Posteriormente com a morte do Major, a fazenda passa a ser comandada por seus herdeiros, que a transformam em empresa agropecuária Fazenda Pires Agropastoril Ltda. Esta empresa era formada por nove comunidades rurais voltadas para a produção de produtos agropecuários entre elas a Fazenda Santo Antônio. Neste período empresarial que se inicia em 1973 a 1997, ano da desapropriação, intensificou-se a produção de algodão arbóreo, pois era o produto principal da empresa.

Os trabalhadores não eram bem remunerados, com a produção de meia cediam dias de trabalho para seus patrões. A falta de manejo adequado e esgotamento dos solos, do uso excessivo de agrotóxicos, dos monocultivos agrícolas, da prática de desmatamento intensivo e da crise do algodão ocorrida na década de 80, culminou na hipoteca da Fazenda pelo Banco do Brasil, deixando os moradores em condições difíceis de sobrevivência, levando-os a reivindicarem a posse da terra.

O sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras e a Comissão Pastoral da Terra (CPT-Sertão/PB) enviaram um ofício ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) solicitando solução para as 32 famílias moradoras da fazenda. Com avaliação técnica o INCRA constatou a improdutividade da propriedade, iniciando um processo de desapropriação e os antigos moradores permaneceram na comunidade e receberam a terra como um direito dado pelo governo por sempre terem trabalhado naquela terra.

A Fazenda Santo Antônio foi desapropriada pelo INCRA em julho de 1997, tornando-se o primeiro assentamento rural da microrregião de Cajazeiras, foi um marco no processo de desapropriação para outras comunidades rurais do Sertão. Diferentemente de outros assentamentos, as 32 famílias assentadas na antiga Fazenda Santo Antônio já viviam em suas dependências na condição de agricultores, e não há ocupação do lugar por trabalhadores vindos de outras localidades, como ocorre na maioria dos assentamentos rurais. Com a permanência dessas famílias na área, depois de desapropriada, surge enfim a nova realidade, ao passarem de meeiros para proprietários da terra (INCRA, 1997).

2.2. Estratégias de Organização e Reprodução Camponesa

O assentamento está organizado em forma uma associação comunitária onde todos os assentados participam desta, e uma vez por mês acontece reunião da mesma para discussão e resolução dos mais diversos problemas relacionados à produção, acesso e disponibilidade á

água, dentre outros. Há também um grupo de mulheres que se reúnem para fazer as atividades relacionadas a igreja católica onde é a religião predominante na comunidade.

Além desses espaços o assentamento também participa da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano, que foi uma iniciativa da CPT-Sertão/PB juntamente com o IFBDS através do projeto do programa ECOFORTE onde previa na suas ações esse espaço para dialogo sobre as experiências agroecológicas que são realizadas pelos assentamentos da rede que são eles: Valdecy Santiago, Edvaldo Sebastião, Novo Horizonte, Santo Antônio, Frei Beda, Santa Cecília, Padre Cleides, Morada Nova, Juazeiro, Três Irmãos, Veneza, Acauã, Angélica I e II, Jatobá, Jerimum, Frei Dimas, Paxicú, Santa Mônica e Floresta.

As famílias do assentamento Santo Antônio que participaram da nossa pesquisa falaram que é importante participar desses espaços, como nas reuniões da comunidade para discutir questões importantes para todos, como procurar soluções para resolver os problemas, sobre o grupo de mulheres que parece ser bastante importante para comunidade pois deixa a fé, uma das essências da comunidade em alta, na rede de cultivos são muito interessantes, pois são momentos de aprendizado e troca de experiências para fortalecer a rede e também das comunidades participantes.

A reprodução camponesa se dá pela atividade agrícola e na criação de animais realizada pelas famílias como sua forma de vivência dentro da comunidade.

Sobre a atividade agrícola pautada na agroecologia a forma de produção que foi se modelando ao longo do tempo através do acompanhamento que da CPT-Sertão/PB, onde foi através de implantações de experiências exitosa as famílias começaram a reproduzir e produzir.

Assim a produção seguindo esses preceitos agroecológicos sem a utilização de substâncias químicas e alteradas geneticamente com seu escoamento direcionado a feira agroecológica de Cajazeiras-PB

Na proposta do projeto social do programa ECOFORTE com acompanhamento do IFBDS foram implantadas diversas experiências para fortalecer a própria reprodução camponesa do assentamento Santo Antônio.

Uma das experiências é o manejo da vegetação onde consiste em as mudas nativas, frutíferas e forrageiras são transplantadas com as referidas delimitações ente para acumular e aproveitar ao máximo a água das chuvas, garantindo assim que o solo fique úmido por mais tempo, propiciando as mudas um maior conforto hídrico por período mais prolongado. Além de colocar uma cobertura morta no tronco das plantas para evitar a evaporação causada pela

incidência dos raios solares diretamente no solo, operação que favorecerá a criação de um microclima no entorno da área

O manejo agroecológico da Caatinga, nas unidades familiares, é benéfico ao meio ambiente, pois reduz o índice de impacto ambiental determinado pelo sistema, o uso de energia tem impacto ambiental negativo, em consequência do aumento dos custos com as variáveis eletricidade e gasolina, assim como o uso dos recursos naturais, em razão da maior necessidade de água para os animais e de área para armazenar os resíduos, o que onera os custos ambientais do manejo agroecológico da Caatinga (PRIMAVESI, 2006, p.23

Imagem 02: Experiência de Manejo Agroecológico Realizado no Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras – PB



Fonte: IFBDS, 2016

Outra experiência foi a barragem base que se trata de: A construção das barragens é feita de maneira simples: as pedras são colocadas no chão sem qualquer tipo de escavação ou colocação de argamassa, já que a própria natureza, com o passar do tempo, se encarregará de fazer a sedimentação.

Toda a construção é feita com o auxílio de instrumentos rústicos de topografia. A técnica é uma boa alternativa para a conservação dos solos num ambiente com indicação de degradação por erosão. Como a barragem é feita de pedras soltas, ela vai filtrando a passagem da água.

Enquanto a atividade da fazenda privada limitava-se à criação bovina e plantações de algodão, voltada para produção e comercialização, estas atividades durante anos exigiram muito do ambiente em função dos lucros socioeconômicos que os trazia. Após a desapropriação da fazenda hoje a agricultura familiar desenvolve estratégias de convivência com Semiárido, através da diversificação de espécies de plantas e animais; animais de pequeno porte, como caprinos, ovinos, suínos, equinos/muarens começa a ganhar importância entre os rebanhos dos agricultores pela adaptação, boa comercialização e facilidade de manuseio (CARON, SABOURIN, 2003, p.44).

Outra prática existente é a cultura de vazante que são as faixas de terras situadas às margens dos açudes, barragens, lagoas e leitos dos rios, que são cobertas pelas águas durante o período chuvoso e descobertas durante a época seca, assim são realizadas as plantações de legumes, leguminosas e verduras. Aproveitando o potencial do próprio açude para realizar essas atividades dessa forma fortalecendo a produção agroecológica.

Hoje todos os moradores podem criar seu pequeno rebanho sem ter que dividir com o patrão. Aos poucos os ovinos e caprinos, antes não permitidos ser criados pelos os moradores começa a ocupar espaço entre os bovinos iniciados por alguns moradores, como experimentadores, para a alimentação dos animais os moradores utilizam as tecnologias mais divulgadas pela Articulação do Semiárido Brasileiro(ASA-PB).

O armazenamento de forragem, para alimentação do rebanho no período de estiagem através da fenação, que consiste na secagem ou armazenamento de plantas forrageiras encontradas com abundância na Caatinga, e a ensilagem, consistindo na conservação da forragem no seu estado verde, na ausência de ar em silos.

A criação de caprinos e ovinos, para eles a diversificação de animais é positiva para promover o controle biológico de insetos/praga. Os caprinos e ovinos são mais viáveis que os bovinos, pois consome pastos em menor quantidade, ocupa menos espaço e facilita a comercialização com relação ao abate e transporte, como podemos ver nas imagens abaixo:

Imagem 03: I Representação do Modo de Criação Animal do Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras-PB



Fonte: GONÇALVES, 2018

Imagem 04: II Representação do Modo de Criação Animal do Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras - PB



Fonte: GONÇALVES, 2018

2.3. Infraestrutura, Educação, Trabalho, Saúde e Geração de Renda no Assentamento

É importante para entendermos as relações de trabalho que se reproduzem no Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras-PB, é necessário visualizarmos suas formas de organização estruturais: Infraestrutura, Trabalho, Saúde e Renda para compreendermos como acontece esse processo.

Infraestrutura

As famílias no assentamento possuem uma boa infraestrutura nas residências. A globalidade das casas possui energia elétrica, fossa para tratamento de esgoto e acesso a água por meio de um açude localizado na comunidade e por um poço comunitário, e para o consumo humano possuem cisternas de placas.

As famílias dispõem de equipamentos domésticos básicos como fogão a gás ou lenha, geladeira, televisão, rádio e celular. Alguns possuem computador, liquidificador, entre outros. As famílias inseridas no Assentamento possuem 10 ha ao todo. As propriedades possuem cisterna de placas como fonte de água para beber, um açude de médio porte onde algumas famílias também utilizam para beber e para atividades no dia a dia, e poço comunitário para demais atividades no uso doméstico.

Educação, saúde no Assentamento

De maneira geral, todos os membros participam da atividade agrícola, mas alguns também exercem trabalhos fora do assentamento. Os filhos que frequentam a escola costumam trabalhar no turno excedente ou nas horas livres, e nos finais. Em todas as propriedades a contratação de mão de obra ocorre apenas algumas vezes por ano na época de plantio ou colheita, e quando é necessário.

No assentamento não possui mais escola regular para o ensino fundamental a mesma foi desativada em 2010, a comunidade conta com uma escola de ensino fundamental no distrito de Divinópolis que fica localizado a 6km da mesma onde os estudantes da comunidade são levados com transporte público do município e os estudantes de nível médio vão á cidade também com transporte público. Todas as famílias têm acesso a atendimento médico e ortodôntico no distrito de Divinópolis que possui o posto de saúde familiar mais próximo a comunidade.

Trabalho e Geração de Renda

A principal fonte rendadas famílias vêm do trabalho na agricultura, criação de animais, além de alguns exercerem trabalhos na cidade e outros recebem a aposentadoria.

As Famílias Participantes da Pesquisa

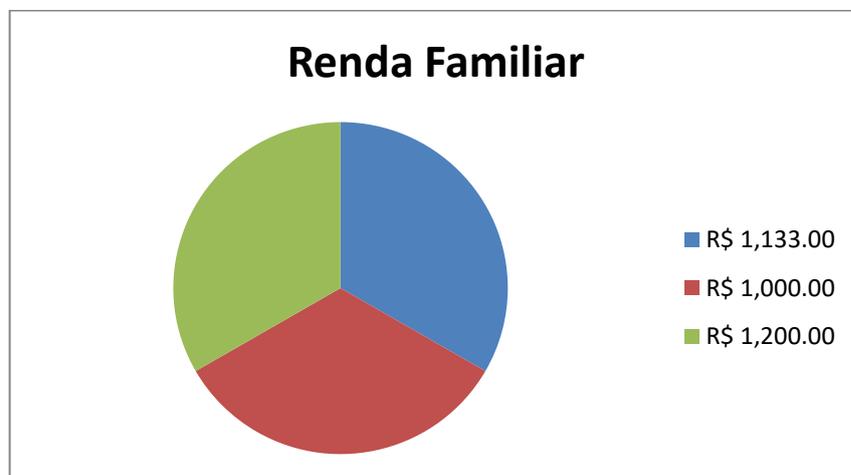
O lócus da pesquisa forrealizadonas famílias que participantes das atividades do projeto do programa ECOFORTE e conseqüentemente da feira agroecológica de Cajazeiras com o objetivo de trazer de forma mais real e lógica a discussão sobre essas temáticas propostas na pesquisa.

O perfil das famílias no que diz respeito a educação existe um predomíniodo ensino médio porém há representantes dessa classe no ensino superior. O que fica evidente que existe um bom grau de instrução dessas famílias.

Todos exercem atividades agrícolas, porém uma das pessoas faz o trabalho de acompanhamento via CPT-Sertão/PB, que historicamente isso sempre ocorreu pelo fato da própria CPT-Sertão/PB trabalhar com essa política de empoderamento dos camponeses e como também a eles assumirem quando for necessário o trabalho da CPT-Sertão/PB.

Como podemos observar o gráfico abaixo a renda tem uma média acima de 1000 reais, onde também eles responderam que não participam de nenhum programa do governo.

Gráfico 01: Renda Familiar das Famílias Participantes da Pesquisa do Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras-PB



Fonte: GONÇALVES, 2017

Em relação à infraestrutura, as suas moradias são da estrutura de tijolo-alvenaria, o modo de abastecimento é através do açude do próprio assentamento com cisternas próprias, as casas possuem escoamento sanitário através de fosse séptica, as casas possuem iluminação pública e sobre o lixo elas realizam a cremação do mesmo, que entende que há uma infraestrutura básica para as famílias, o que facilita bastante na vivência dessas famílias na comunidade.

Considerando toda a organização estruturante no trabalho e na renda do Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras-PB, veremos no próximo capítulo como é o processo da atividade de produção agroecológica e seus afins.

3. A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E O PROJETO DO PROGRAMA ECOFORTE

Este capítulo trata de debater acerca da produção dos produtos realizados pelas famílias, além da sua comercialização na feira agroecológica, como também foi esse processo de transição agroecológica que quais foram às contribuições do projeto do programa ECOFORTE.

3.1. A Agroecologia no Desenvolvimento Socioambiental do Assentamento Santo Antônio

A agroecologia é muito mais do que a produção orgânica, é uma forma de vida, de se relacionar com a natureza e, principalmente de propor um novo modelo de agricultura e de sociedade sem relações de exploração no trabalho, de novas relações de gênero e de poder, do trabalho cooperado, de uma economia justa e sustentável. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.

A Agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Ela é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis (CAPORAL e COSTABEBER, 2000, p.22).

Os agricultores tradicionais preservam a biodiversidade não somente nas áreas cultivadas, mas também naquelas sem cultivos. Muitos camponeses mantêm áreas cobertas

por florestas, lagos, pastagens, arroios e pântanos, no interior ou em áreas adjacentes aos seus campos de cultivos, assim, de produtos úteis, como alimentos, materiais de construção, medicamentos, fertilizantes orgânicos, combustíveis e artigos religiosos (ALTIERI, 2004, p.31).

Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas (ALTIERI, 1987, p.57).

Para Altieri (2004, p.59) Agroecologia é a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A Agroecologia proporciona, então, as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura sustentável nas suas diversas manifestações e/ou denominações.

Para Gliessman (2000, p.65) o enfoque agroecológico corresponde à aplicação dos conceitos e princípios da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis.

Sevilla Guzmán (1995, p.82) aborda um enfoque de desenvolvimento rural quando afirma que a Agroecologia constitui o campo do conhecimento que promove o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas a atual crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica.

Para Guhur e Toná (2012, p.29) está em gestação uma concepção mais recente de agroecologia, ainda mais abrangente: a partir da prática dos movimentos sociais populares do campo, que não a entendem como “a” saída tecnológica para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola, mas a compreendem como parte de sua estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da destruição da natureza. Assim sendo, a Agroecologia se apresenta no Brasil como uma forma de resistência contra a devastadora onda modernizadora e contra a expropriação completa dos agricultores (CANUTO, 1998, p.38). O que integra propostas

agroecológicas com outras voltadas a desenvolver a agricultura familiar (ASSIS; ROMEIRO, 2005, p.52).

Partindo, especialmente, de escritos de Altieri (1989, p.69), observa-se que a Agroecologia constitui um enfoque teórico e metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica. Sendo assim, a Agroecologia, a partir de um enfoque sistêmico, adota o agroecossistema como unidade de análise, tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas sustentáveis.

Neste sentido, o processo de desenvolvimento local é discutido a partir de uma concepção em que as localidades, comunidades e territórios possuem e dispõe de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escala não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. Logo, conceituar desenvolvimento local é co-relacionar com a sociedade e com seus diferentes atores que constituem as tramas das relações sócio-econômicas e culturais.

Jesus (2003, p.35) conceitua o desenvolvimento local como um processo que mobiliza pessoas em formas de organizações e instituições, buscando a transformação da economia e das sociedades locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim, se trata de um esforço localizado e concreto de lideranças, instituições e habitantes de um determinado lugar em processo de articulação de ações que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização.

A ideia básica desse novo paradigma de desenvolvimento possibilita que a dinâmica produtiva das comunidades seja o eixo de coordenadas para impulsionar as potencialidades de uma determinada sociedade, por meio dos investimentos privados e governamentais, sob a participação crescente da comunidade local. Neste sentido, o processo de desenvolvimento local interfere no comportamento das pessoas, objetivando melhorar a qualidade de vida em tempo durável. Para Castro (2001, p.48), em face da concorrência e da competição, os âmbitos regional e local estão vinculados a estratégias que remetem de certa forma, às relações mercantis globalizadas. O local está, irremediavelmente, ligado às relações econômicas e ao global, ainda que por processos diferenciados.

Santos; Rodríguez (2002, p.74) afirma que o desenvolvimento local é uma cadeia de ações de base, portanto, “de baixo para cima”. A capacidade de decidir sobre esse desenvolvimento não é entendida como algo de exclusividade do Estado ou das elites

econômicas; a sociedade civil é o ator principal desse processo de construção coletiva, que cria um potencial para que o efeito econômico dessas experiências chegue à esfera política e produza um ciclo de crescimento que contraria as lógicas de exclusão. Esse pensamento é corroborado por Tenório (2004, p.56), ao se reportar à análise de Marsiglia (1996, p.84), quando este último afirma que o desenvolvimento local implica em ações mediatizadas por atores do estado, da sociedade civil e do capital, sob uma negociação para se chegar a um consenso sobre projetos de interesses sociais, embora haja, inclusive, divergências e conflitos.

Neste sentido, a participação da sociedade é fundamental para o controle sobre as políticas de desenvolvimento. Trata-se do controle social visando à ampliação das oportunidades locais, gerando trabalho e renda, ao mesmo tempo em que oportuniza novos negócios e cria condições para um desenvolvimento humano sustentável.

Para Trusen (2004, p.51), é no contexto do desenvolvimento local que o econômico se torna uma meta da luta contra a pobreza e, com isso, da melhoria de qualidade de vida da população rural. Isto exige a organização social da produção, que torna um campo de ação importante para a sustentabilidade dos territórios, já que a produção é vista como uma estratégia para a criação de um ambiente produtivo, inovador, onde as formas de cooperação e de integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais se ampliam e se institucionalizam de tal modo que potencializem as oportunidades locais, gerando trabalho e renda, bem como, condições para o desenvolvimento local sustentável.

Segundo Franco (1999, p.71), o desenvolvimento local é uma estratégia que facilita a conquista da sustentabilidade, pois leva à construção de comunidades humanas sustentáveis.

O desenvolvimento local sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais.

Assim, surge o termo agricultura sustentável como tentativa de conciliar as expectativas sociais de produção de alimentos saudáveis com os interesses de preservação e uso sustentável dos recursos naturais, procurando atender, simultaneamente, às necessidades de preservação ambiental e de promoção socioeconômica dos pequenos agricultores.

Ainda é possível encontrar alguns agricultores que mantêm suas variedades locais, obtendo rendimentos satisfatórios mesmo em condições de produção pouco favoráveis. É possível desenvolver junto aos agricultores familiares um caminho no qual a diversidade possa reintegrar ao sistema de produção (CORDEIRO & MARCATTO, 1994, p.87). Isso exige

um trabalho contínuo com mudanças importantes, principalmente sobre as variedades utilizadas, a forma de produção, e a forma de conservação das espécies, para que haja uma independência econômica e respeito o meio ambiente simultaneamente assim conservando os recursos naturais.

O processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar constitui o campo de conhecimentos de como utilizar os recursos naturais de forma sustentável por meio de estratégias e de formas de ação coletiva, mediante propostas de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar no âmbito da organização, produção e da comercialização dos produtos do meio rural.

Diante de toda essa discussão teórica acerca da agroecologia no assentamento é perceptível diante dos depoimentos, experiências executadas e de tempo que convivem com a execução da agricultura nessa perspectiva que as famílias que participaram da presente pesquisa têm uma compreensão muito clara do que é a realização de experiência e produção agroecológica, sendo que há um conhecimento que vai se aprimorando ao longo do tempo, como a chegada de novas iniciativas de novas experiências como a do projeto do programa ECOFORTE. Ocorrendo uma oportunidade de troca de experiência e acúmulo de novos saberes nessa perspectiva que está qualificando o saber e na própria dinâmica de articulação entre teoria e prática considerando o conhecimento dos camponeses do assentamento Santo Antônio há essa construção coletiva da disseminação da temática da agroecológica e convivência com o semiárido o que fortalece muito o assentamento e conjunto de organizações envolvidas.

3.2. A Produção seguindo os Princípios da Transição Agroecológica

O acompanhamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT-Sertão/PB), nos primeiros anos de assentamento trouxe para os moradores novas experiências de convivência com o

semiárido como: o Projeto ¹Mandalla para a produção de hortas através de sistemas de pequenas irrigações, manejo de caatinga, viveiro de mudas para reflorestamento da comunidade e comercialização, curso de defensivo natural para os agricultores não utilizar agrotóxico nas plantações, adubos orgânicos para correção dos solos e evitar o desmate, rotação de culturas, diversificação nas plantações e criações de animais para o fortalecimento do ecossistema local, criação da associação comunitária, cisterna de placa construída pelo Projeto da Cáritas, entre outras ações que aos poucos a comunidade Santo Antônio começou a sair de um sistema de agricultura convencional para uma agricultura com base nos princípios agroecológicos.

De acordo com Pinto (2014, p.25) o processo que se instala desde então é o de “transição” do modelo atual de produção em busca de um modelo de base ecológica. A transição agroecológica, referência-chave das motivações e objetivos de muitos técnicos, estudiosos e militantes, pode ser definida como um processo gradual, contínuo e multilinear de mudança nas formas de manejo dos agroecossistemas.

O complexo processo de transição agroecológica não dispensa o progresso técnico e o avanço do conhecimento científico (CAPORAL e COSTABEBER). Uma definição mais ampla é proporcionada por Sevilla Guzmán e González de Molina (1996, p.64), para quem a Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para – através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque, seletivamente, as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. A agroecologia é uma concepção de agricultura semelhante à agricultura praticada na comunidade.

O que percebemos que não há uma diferença muito distante do tempo que moram no assentamento para o tempo que praticam essa prática agroecológica, como podemos ver nos gráficos a seguir:

¹PROJETO MANDALLA é um dos exemplos de integração permacultural orientado pela busca da Qualidade de Vida aliada a Produtividade Econômica e ao Equilíbrio Ambiental com Qualidade, Produtividade, Responsabilidade Social e Exercício de Cidadania, que consiste em uma pequena área inicial possibilita o início de um sistema de organização produtivo familiar a partir do próprio quintal da residência, na forma de sua semente, como melhor maneira de atingir resultados compensatórios para continuidade de cada processo a custos mínimos, predispondo todos os integrantes da família, liderados pela figura matriarcal, à um processo crescente e educativo ao início de uma ação de empreendedorismo familiar associativa e multiparticipativa, culminando com o envolvimento de volumes e vizinhanças.(Cartilha Agência Mandalla, 2014)

Gráficos 02 e 03 : Comparativo das Famílias Participantes da Pesquisa do Tempo que Reside no Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras – PBe o Tempo que Realiza Produção agroecológica.



Fonte: GONÇALVES, 2017

Percebemos que essas famílias sempre estiveram envolvidas nesses processos de desenvolver experiência agroecológica, o que mostra o grau de compreensão e comprometimento extremamente relevante.

Como eles mesmos colocaram que sua vida antes da agroecologia sempre acompanhou essas discussões inicialmente disseminadas pela CPT-Sertão/PB, onde entendem as vantagens de produzir o próprio alimento e de boa qualidade para também ajudar na renda familiar, promovendo a autonomia dos camponeses e seu próprio desenvolvimento sustentável.

Assim o projeto do programa ECOFORTE através do acompanhamento do IFBDS trouxe inúmeras contribuições para o fortalecimento e continuação dessas experiências. Como eles colocaram que nesse aspecto foram muito importantes as ações do Projeto do programa ECOFORTE de orientações técnicas através do IFBDS para realizar as experiências.

A produção de hortaliças através das experiências agroecológicas promovidas pelas ações do IFBDS via projeto do programa ECOFORTE primordialmente é para o consumo doméstico, como o também para comercialização na feira agroecológica o excedente considerável, as famílias produzem hortaliças através de sistemas de quintais produtivos utilizando reuso de água, canteiros econômicos e viveiro de mudas, todas elas na perspectiva do convívio com semiárido.

O quintal produtivo que consiste em um processo de filtragem por mecanismos de impedimento físico e biológicos dos resíduos presentes na água cinza e/ou servida, provenientes de chuveiros, lavatórios, pia de cozinha, tanque ou máquina de lavar. Onde a matéria orgânica é biodegradação por uma população de microrganismos, acarretando assim na retirada dos seus principais poluentes (POBLETE, 2010, p.52). Essa água servida será utilizada em um sistema de irrigação destinado a produção de frutas, hortaliças, plantas medicinais e forrageiras no quintal da família. Esse sistema é formado pelos seguintes componentes: Caixa de gordura; Filtro biológico; Tanque de reuso; Sistema de irrigação.

Imagem 05: Processo de Construção do Sistema de Quintal Produtivo/ Reuso de Água Servida no Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras-PB



Fonte: IFBDS, 2016

No canteiro econômico são utilizados reduzidos volumes de águas utilizadas na irrigação o que proporciona diversos benefícios para as famílias de agricultores de base familiar. o desenvolvimento de produtos orgânicos em canteiros econômicos, é imprescindível pois o consumo de água nos canteiros econômicos foi baixo quando comparado com os canteiros convencionais (CRUZ, 2015, p.37).

Imagem 06: Experiência de Canteiro Econômico no Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras-PB



Fonte:IFBDS, 2016

A produção é bem diversificada como mostra o quadro:

Quadro 01: Experiências e Produção Agroecológicas Utilizadas pelas Famílias Participantes da Pesquisa do Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras – PB

Famílias	Experiências	Produção
Família 01	Sistemas de uso de água, biodigestor ecológico e adubação orgânica.	Jerimum, coentro, tomate, couve e ovos.
Família 02	Reuso de água, biodigestor, canteiro econômico e manejo da caatinga.	Alface, coentro, cebolinha, mamão, maracujá, acerola. Tomate e quiabo.
Família 03	Adubação orgânica, silagem, fenação e rotação de culturas.	Leite, galinhas, gado, hortaliças, jerimum.

Fonte: Gonçalves, 2017

Imagem 07: I Produção Agroecológica no Assentamento para a Garantia da Segurança Alimentar e Comercialização na Feira Agroecológica de Cajazeiras-PB



Fonte: IFBDS, 2017

Imagem 08: II Produção Agroecológica no Assentamento para a Garantia da Segurança Alimentar e Comercialização na Feira Agroecológica de Cajazeiras-PB



Fonte: IFBDS, 2017

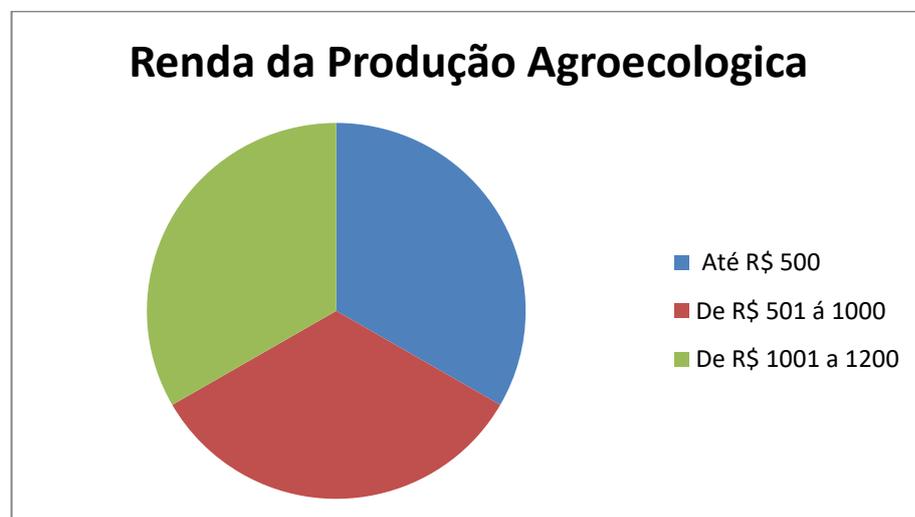
Vale ressaltar que toda essa produção é com base nos princípios da agroecologia livres dos agrotóxicos, monoculturas, desmatamento e queimadas. Voltado para a preservação ambiental valorizando os saberes tradicionais adquiridos, como também a iniciativas de experiências implantadas pelo projeto do programa ECOFORTE através do IFBDS, recuperando a cooperação entre todos no processo produtivo da comunidade. Essas experiências provocam mudanças não só nos modos de produção mais nas relações sociais, no respeito ao meio ambiente, melhoria na qualidade de vida através de uma alimentação saudável para os consumidores desse alimento seja na comunidade ou na feira agroecológica no município de Cajazeiras/PB onde os mesmos são comercializados.

Eles colocam que as vantagens sobre participar desse projeto e desenvolver essas experiências são: consegue ganhar sua autonomia e a certeza de uma alimentação saudável de qualidade, além de ser uma fonte de renda para a família.

Sobre as dificuldades eles elencaram que: é a disponibilidade de água, o tempo dedicado à produção, a falta de planejamento da produção para que não falem produtos na feira, as famílias afirmaram que falta água e equipamentos de abastecimento e armazenamento da produção.

As famílias também colocaram que a vida depois da agroecologia mudou muito de forma positiva, como o tipo de alimentação, a vida que as famílias levavam sem ter produtos de boa qualidade na mesa, às famílias não tinham nada antes da agroecologia, apenas a casa e alguns móveis, hoje tem a autonomia a principal coisa que mudou.

Gráfico 04: Renda das famílias do Assentamento Santo Antônio/Cajazeiras-PB participantes da pesquisa adquirida na atividade da produção e comercialização agroecológica.



Fonte: GONÇALVES, 2017

É importante destacar que anteriormente foi citado há uma das famílias que uma pessoa exerce um trabalho na CPT-Sertão/PB de acompanhamento aos agricultores dos assentamentos da região, onde é complementada pela renda da agricultura, então as outras famílias têm a renda.

3.3. A Comercialização do Excedente da Produção Camponesa

O processo de discussões e reuniões que antecederam a retomada da Feira Agroecológica de Cajazeiras-PB aconteceu justamente pela necessidade dos camponeses de se libertarem da dependência em relação à comercialização de seus produtos com os atravessadores. Era este o único meio de escoamento da produção dos camponeses e que na consolidação do processo de retomada da feira, esse processo de reuniões que aconteceu em alguns em alguns momentos levando em consideração que era também um objetivo do projeto do programa ECOFORTE a CPT-Sertão/PB e o IFBDS conduziram essas discussões juntamente com o apoio da Universidade Federal de Campina Grande Campus Cajazeiras (UFCG), tendo como foco principal a comercialização, diversificação da produção, criação de uma associação para reger as feiras da região como essa também e a certificação orgânica que também é um elemento muito importante para a feira.

Assim foram discutidas várias questões como a variedade de produtos vendidos anteriormente, perfil dos consumidores e da estrutura existente para produção dos assentamentos que participaram da mesma, além da aquisição de um espaço público da feira.

Sendo assim a comercialização é realizada nas Sextas-Feiras semanalmente na Feira Agroecológica de Cajazeiras que está localizada na Praça Poeta Cristiano Cartaxo Centro de Cajazeiras-PB, onde participam outros assentamentos da região são eles: Frei Beda, Valdecy Santiago, Santa Cecília, Edvaldo Sebastião e Novo Horizonte, essa feira é uma iniciativa da Rede de Cultivos Agroecológicos do alto sertão em conjunto com IFBDS e com o apoio do programa ECOFORTE que colaborou com equipamentos como barracas, jalecos, balanças caixas de armazenamento e as próprias orientações sobre o acesso a mercado, perfil dos consumidores e produtos, todos em parceria com a CPT-Sertão/PB, NAESP/IFPB e UFCG Campus Cajazeiras com apoio logístico estrutural da Prefeitura Municipal, onde cedeu o espaço e algumas barracas para a feira.

A feira agroecológica de Cajazeiras já existia anteriormente, mas foi desarticulada por motivos de falta de apoio e condições de continuar produzindo devido a dificuldade de obter recurso hídrico para tal finalidade, onde a sua última atuação foi no ano de 2015.

Com a volta da feira que começou à partir do ano de 2017 percebe-se o quanto é importante para fortalecer a luta pela terra na região, a organização dos/as trabalhadores/as rurais e sua produção, com respeito ao meio ambiente. Além disso, visa ofertar alimentos saudáveis, sem venenos, para a população do município e eliminar a figura do atravessador, garantindo a venda direta ao consumidor.

A sua variabilidade de produtos é composta de hortaliças e frutíferas como: banana, coentro, batata doce, jerimum, ovo de galinha de capoeira, feijão, coco, alface, pimentão, cebolinha, pepino, acerola, doces, bolos e até animais abatidos como: galinhas, cabras e etc.

Imagem 09: I Feira Agroecológica de Cajazeiras-PB



Fonte: CPT Sertão/PB, 2017

Imagem 10: II Feira Agroecológica de Cajazeiras-PB



Fonte: CPT Sertão/PB, 2017

A estrutura administrativa da feira é integrada pela Associação Sertão Agroecológico que foi criada para reger as feiras da região do alto sertão onde possuem uma Diretoria, Conselho Fiscal e pelo Conselho de Ética, e todas as decisões que dizem respeito à Feira Agroecológica são tomadas conjuntamente nas assembleias que acontecem bimestralmente, na sede da Associação Sertão Agroecológico (Estatuto da Associação Sertão Agroecológico, 2017). De acordo com Estatuto, para a participação do assentado na feira, é necessário que o mesmo participe de no mínimo três reuniões da Sertão Agroecológico, e que seja verificado pelo Conselho de Ética a não utilização de produtos químicos no processo produtivo, bem como a aprovação do ingresso, pela maioria dos participantes. Atualmente o Conselho de Ética é formado por: Socorro Ferreira (Assentamento Santo Antônio), Francisco Renan Lisboa (Assentamento Três Irmãos) e Francisco Jossean Alves (Assentamento Acauã), e de acordo com o Art. 17º da seção IV do Estatuto da Associação Sertão Agroecológico tem a função de:

Zelar pelos princípios da produção orgânica, agroecológica e pelo respeito interpessoal; 2) informar à Coordenação da feira sobre questões ocorridas e constatadas que não estejam de acordo com o Regimento Interno, para que sejam aplicadas as devidas medidas. 3) zelar pelo cumprimento do Regimento Interno.

A feira conta com um fundo de feira estipulado em 5% da renda obtida com a comercialização dos produtos, é destinado às despesas com o transporte, sacolas e eventuais gastos com a manutenção das barracas.

A dinâmica da feira consiste em que os assentados chegam à Praça Poeta Cristiano Cartaxo centro de cajazeiras-PB, por volta das 5:00 de manhã, em seus próprios carros que transportam conjuntamente produtos e produtores. Após a chegada inicia-se a limpeza da área e a montagem das barracas, onde as mesmas ficam guardadas numa sala próxima a praça.

A Feira Agroecológica é realizada semanalmente todas as sextas feiras, inicia-se às 6:00 da manhã e o horário de maior movimento se dá entre as 6:00 e as 8:00, onde estima-se que os camponeses comercializem metade da produção. As Atividades da feira agroecológica de Cajazeiras têm seu encerramento previsto para as 11 horas da manhã e o retorno dos camponeses para os respectivos assentamentos se dá após eles recolherem toda a sua estrutura e materiais, por volta de 12h00 da manhã.

CONSIDERAÇÕES

Os assentamentos rurais de reforma agrária constituem espaços produtivos de segurança alimentar e nutricional. Com o trabalho baseado nos princípios agroecológicos, combinam os produtos de subsistência com outros voltados para comercialização, trazendo para o mercado local uma maior diversidade de produtos e oferta, resultando uma maior valorização do comércio da região. A transformação de latifúndios em assentamentos rurais é extremamente importante no que se referem às questões sociais, econômicas e ambientais. Visto que os assentamentos são espaços de relações sociais em que as características individuais precisam ser homogeneizadas no processo de luta pela terra e após a terra serem adquirida, o que resulta numa complexidade social que terá seu respaldo na forma de apropriação dos recursos naturais.

A pesquisa em questão revela que a constituição e unidades de produção de base familiar em assentamentos rural requerem, obrigatoriamente, a valorização das estratégias e vivência tradicionais que associa aos processos sociais inovadores em benefício do desenvolvimento local e regional. Essas famílias do assentamento Santo Antônio estão em total consonância com a transição agroecológica da produção e vivência em si, valorizando a biodiversidade, não utiliza insumos químicos como relataram e sempre com a preocupação com a preservação dos seus próprios ambientes, além disso viabiliza a participação de todos os membros da família nos processos produtivos o que caracteriza uma agricultura familiar. Os depoimentos dos trabalhadores participantes da pesquisa confirmaram a função social e econômica da reforma agrária e o poder que a mesma exerce na inclusão de trabalhadores no processo produtivo somado ao protagonismo da família na definição das estratégias produtivas e na determinação das funções de cada membro familiar. Isto tudo aliado ao processo educativo que orienta as ações dos assentados que mostraram condições fundamentais para o êxito de experiências como as que foram descritas nesta pesquisa. As participações das famílias nas ações do projeto do programa ECOFORTE da fundação BB através do IFBDS e CPT-Sertão/PB.

Constatou-se que a principal estratégia produtiva familiar foram as experiências que são executadas tanto do período chuvoso, mais principalmente no seco onde podem de toda forma aproveitar a água dos diversos espaços para realizar o trabalho. A diversidade dos produtos comercializados amplia a estabilidade econômica da unidade familiar, pois uma eventual perda de produção será compensada pelos rendimentos da outra. A

diversificação também permitiu que os resíduos de um sistema fossem aproveitados como insumos ou alimentos em outro sistema.

As experiências realizadas tendem a melhorar significativamente como manejo agroecológico da Caatinga aumenta a capacidade produtiva do solo, diminui o uso de insumos materiais e reduz a emissão de poluentes atmosféricos.

A grande vantagem do uso do Base Zero é assegurar a conservação das bacias hidrográficas, a conservação da água no solo, protegida da evaporação provocada pela ação do vento e do solo, diminuindo o processo erosivo e possibilitando a criação de terraços para a produção de alimentos.

O Sistema de quintal produtivo com Bioágua, além do armazenamento e uso da água, o enfoque da convivência com o Semiárido e do combate à pobreza requer uma abordagem agroecológica que leve a transição para agroecossistemas mais diversificados, com maior capacidade de estocagem de água e de alimentos e baseados na aceleração dos processos de ciclagem de nutrientes e dos fluxos de energia; aproveitando-se dos diferentes potenciais existentes, desde a caatinga, a integração e sinergia dos animais com as áreas de roçado.

O canteiro econômico por meio da impermeabilização do solo com uma lona e itens como palha, esterco ou outros materiais orgânicos, as raízes permanecem úmidas por mais tempo, sem que precisem ser regadas novamente em um prazo curto, onde há uma maximização do recurso hídrico.

Essas experiências potencializam a reprodução camponesa agroecológica e fortalecendo toda perspectiva da sustentabilidade, autonomia e protagonismo dos camponeses.

As famílias reconhecem que a agroecologia gera alimentos saudáveis, renda e ainda conserva a biodiversidade local, nesse âmbito o apoio às diversidades de culturas e animais é o ponto crucial para garantir o fortalecimento do agrossistemas e vida em abundância para todos. A transição agroecológica na comunidade é advinda das mudanças de atividades e valores dos atores sociais, a vontade de criar e mudar faz com que busquem na agricultura com base nos preceitos agroecológicos novas perspectivas de vida ou mesmo de sobrevivência. Após a identificação de todos os elementos, pode-se afirmar que a médio ou longo prazo é possível a comunidade ter construído um trabalho com base mais sólida nos princípios da Agroecologia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- ALMEIDA, Sílvio Gomes de. **Economia familiar: modo de produção e modo de vida**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. v.2, n.3, outubro. Rio de Janeiro, AS-PTA: 2005.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável / Miguel Altieri**. – 5º ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002. 592p.
- ALTIERI, M. **Biotecnologia agrícola: Mitos, riscos ambientais e alternativas e alternativas**. Trad. CAPORAL, D.S.; SOARES G.L e CAPORAL F.R. Porto Alegre: EMATER-RS, 2002.
- ANDRADE, M.C. de. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. Ed. Rev. São Paulo: Cortez, 2005.
- ASSIS, Renato Linhares; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Agroecologia e Agricultura Familiar na Região Centro-Sul do Estado do Paraná**. RER, Rio de Janeiro, v. 43, n 1, p. 155-177, jan/mar 2005.
- BENTHIEN, P. F., 2007. **ONGs e Agroecologia no Brasil. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia In Revista Brasileira de Agroecologia**. Publicação da Associação Brasileira de Agroecologia. Acessado em Março de 2017
- BRASILEIRO, Robson Soares. **Agricultura orgânica e conservação ambiental: uma alternativa de fortalecimento da produção familiar no assentamento Chico Mendes em Pombos/PE**. Dissertação (Mestrado) UFPE – CFCH – Deptº. de Geografia, 157f, Recife – PE, 2006.
- CANUTO, J. C. **Agricultura Ecológica en Brasil – Perspectivas socioecológicas**. Córdoba: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC) – Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes (ETSIAM), 1998. 200p. Tese (Doutorado).
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004
- CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A., PAULUS, G., 2006. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF. Acessado em Março de 2017

- CARON, P.; SABOURIN, E. Camponeses do Sertão: **Mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília: Embrapa, 2003.
- CASTRO, Edna. Estado Políticas Públicas na Amazônia em face da Globalização e da integração dos mercados. In. COELHO, M. C. N; MARTINS, A (Org). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Amazônia: Uma Agenda de Debate**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- CHAMBERS, R. **Agricultores experimentadores e pesquisa**. Rio de Janeiro: PTA, 1989.
- CORDEIRO, A.; MARCATTO, C. Milho: a volta das variedades crioulas. In. GAIFAMI, A. **Cultivando a Biodiversidade: recursos genéticos e segurança alimentar local**. Rio de Janeiro: AS-PTA p. 139-162, 1994.
- CRUZ, Marcelo Pereira et al. Utilização de Canteiro Econômico como uma Tecnologia Alternativa para o Semiárido. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 2, sep. 2015.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial**. [S.l.: s.n.], 2010.
- FRANCO, Augusto de. **Desenvolvimento Local Integrado**. São Paulo: Cortês, 1999.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001.
- GUANZIROLI, C. H. & CARDIM, S. E. de C. S. (coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. 2000.
- GUHUR, Dominique Michèle Periotto, TONÁ Nilciney. **Agroecologia In: Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por: CALDART Roseli Salete, et al. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 59 a 66 .
- GUTERRES, Ivani. **Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização a Mutiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo

IAMAMOTO, André Toshio Villela. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural**. Piracicaba, 2005. Dissertação de Mestrado em Recursos Florestais. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Perfil dos municípios brasileiros 2017**. Disponível em:

https://ww2.ibge.gov.br/munic_cultura_2017/sel_tema.php?munic=2503704&uf=25&nome=Cajazeiras.

Acesso em Fevereiro de 2017

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Estado da Paraíba. **Relatório de Vistoria e Avaliação de Imóvel denominado “Fazenda Santo Antônio”, Município de Cajazeiras**. João Pessoa, 1997.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em <http://www.incra.gov.br/assentamento>.

Acesso em Fevereiro de 2018

JESUS, Paulo. **Desenvolvimento Local**. In: CATTANI, A. D. A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

LEROY, Jean-Pierre et al. **Tudo ao mesmo tempo agora – desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?** Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 2002.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A Atualidade do conceito de camponês**. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002.

MARSIGLIA, Javier. **Desenvolvimento e Gestão Local: Temas e Atores em um Cenário de Mudanças**. In: BAVA, Silvio Caccia, (Org). Desenvolvimento Local. São Paulo: Pólis, n. 25, p. 63-74, 1996.

MARTINS. J. S **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS. J. S **Os camponeses e a política no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983

MOREIRA E. TARGINO, **A visão dos atores sociais sobre a crise do emprego rural e na zona canavieira na Paraíba**. Revista da ABET – n. 01, v. I – 2001. Disponível em: <http://www.biblioteca.sebrae.com.br>. Acesso em Fevereiro de 2018.

- MOREIRA E. TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.
- NORGAARD, R. B. **Base epistemológica da agroecologia**, In: ALTIERI, M. A. (Ed.). *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989.
- OLIVEIRA. A.U **Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura**. **Boletim de Geografia**. n. 25, p. 15-58, 1995.
- OLIVEIRA. A.U **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Prefácio. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- PAULINO, E. T; ALMEIDA, R. A **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.
- PAULINO, E. T; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PINTO, D. S.; **Identidades e Trajetórias de Educadores na Agroecologia**. UFRRJ – Programa de Pós graduação em educação contextos contemporâneos e demandas populares, 2014.
- POBLETE, C. P. C. **Estudio del Comportamiento de una Mezcla de Aserrín y Grasa Láctea de Desecho**. Valdivia: Universidad Austral de Chile, 2010.
- PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo**. 18 ed. São Paulo: Nobel, 2006.
- RATZEL, F. Geografia do homem. In: **Ratzel**. MORAES, A. C. R. (Org.). São PauloSP: Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais.)
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do brasil**. 7. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2006
- ROCHA, Everaldo B. **Agroecologia: modelo tecnológico e desenvolvimento agrícola sustentável**. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 21, nº 1, jan/jun. 2004.
- ROCHA, J. M.; SIMAN, R. F.; **Agroecologia: um contraponto a produtividade insustentável da agricultura convencional**. *Rev. Bras. Agroecologia*, v.2, n.1, fev. 2007
- SANTOS B.S., RODRIGUEZ C. Introdução: Um mapa das alternativas de produção. In: SANTOS, B. S.(org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996

- SEVILLA GUZMÁN, E. **El marco teórico de la Agroecología. In: Materiales de Trabajo del Ciclo de Cursos y Seminarios sobre Agroecología y Desarrollo Sostenible en América Latina y Europa. Módulo I - Agroecología y Conocimiento Local** (La Rábida, 16 a 20 de enero de 1995). Huelva, La Rábida: Universidad Internacional de Andalucía, 1995 a. p.3-28.
- SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850.** 2 ed. Campinas: Unicamp, 2008.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico.** 5º ed.. São Paulo: Atlas, 2005.
- SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia.** Tese de Doutorado. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2008.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros.**In: IX CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA. Madrid, 2004.
- TRUSEN, Christotp. **Desenvolvimento Local Sustentável: novos desafios para a extensão rural. In: BROSE, Markus (Org.). Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local.** Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 137-150, 2004.
- VARELA, Francisco. **A questão agrária nacional e assentamentos rurais na Paraíba.**4 ed. João Pessoa: Ideia, 2006.
- WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se negoceia: o campesinato como ordem moral. Anuário antropológico,** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 87, 1990.

APÊNDICES

**Apêndice A - Roteiro de Entrevista.
Pesquisa da Agricultura Camponesa**

Assentamento _____ Município _____

Data: ___/___/_____

Estado Civil _____

Perfil Social:

Identificação do domicílio e da família

Nome da (o) Responsável legal _____

Identificação familiar _____ Data de Nascimento

___/___/_____ Sexo ()

Naturalidade _____ UF _____

Filiação _____

Escolaridade

a) Frequenta escola () municipal () estadual () Federal () Particular () Não frequenta

b) Grau de instrução

() Não Alfabetizado () Ensino Fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Ensino superior incompleto () Ensino superior completo

Qualificação profissional

() Não trabalha () Assalariado c/ carteira de trabalho () Assalariado s/ carteira de trabalho () Autônomo c/ previdência Social () Autônomo s/ previdência Social () Trabalhador Rural ()

Aposentado () Outro _____

Renda Familiar _____ () mês () ano

a) Participa de algum programa do Governo Federal

Nenhum Bolsa Família PETI Agente Jovem LOAS-BPC

Outro _____

Infra Estrutura

a) Tipo de moradia

Tijolo-Alvenaria Adobe-Bloco Taipa Madeira Material Aproveitado

Outro _____

b) Tipo de Abastecimento de Água

Rede publica valor R\$ _____ Poço-nascente Carro Pipa Outro _____

c) Escoamento Sanitário

Rede publica Fossa séptica Fossa Rudimentar Vala Céu Aberto

Outro _____

d) Tipo de iluminação (energia)

Relógio próprio Sem relógio Relógio Comunitário Lampião

Outro _____

e) Destino do Lixo

Coletado Queimado Enterrado Céu aberto Outro _____

f) Consumo da água

Fervida Filtrada Clorada Coadada Sem tratamento

Outros _____

Educação

a) Existem escolas no assentamento? Sim Não -A que distância? _____ (quilômetros)

b) Existe Professora(o)? Sim Não Contratada(o) pelo Município Estado

Associação/Movimento

c) Recebe Merenda? Sim Nunca Recebeu As vezes

Deixou de receber

d) Quantas pessoas frequentam a escola? _____

e) Qual o meio de transporte utilizado para ir a escola? _____

() ônibus () Caminhão () A pé () Bicicleta () Cavalo () Outro _____

Organização

a) Participa de alguma organização social? () Associação () Sindicatos () Cooperativas ()

Outra _____

b) o dia das reuniões da associação? _____ Qual a frequência? _____

c) Outras pessoas participam de algum grupo? (Ex Grupo jovem, Grupo de Mulheres, Grupo de

Idosos) () Sim () Não

Quantas _____ Qual? _____

d) Qual a sua religião? () Católica () Evangélica () Espírita () Outra _____

e) Existe algum templo religioso no assentamento? () Sim () Não
Qual? _____

Quantos? _____

Transporte

a) Qual o tipo de transporte utilizado para comercialização dos produtos agrícolas?

() Público () Próprio () Coletivo

Qual? _____

b) Qual a situação das estradas? () Boa () Regular () Péssimas Observação

Comunicação

a) Qual o meio de comunicação que você utiliza?

() Telefone Público () Particular Fixo () Celular () Internet () Rádio Amador

Cultura

a) No assentamento existe alguma manifestação folclórica? () Não () Sim Qual?

() Quadrilha () Coco-de-roda () Guerreiro () Pastoril () Grupo de dança ()

Outro _____

b) Existe algum trabalho de artesanato desenvolvido no Assentamento?

() Sim () Não

Qual? _____

c) Quais as datas festivas comemoradas no assentamento?

() Dia das crianças () Dia dos Pais () Dia das mães () Padroeiro () Natal () Festas

Juninas

() Semana Santa () Carnaval () Outros _____

Lazer

a) Existe algum espaço direcionado ao lazer? () Não () Sim Qual? _____

b) Participa de alguma atividade de lazer?

() Não () Sim Qual? _____

Observações: _____

Perfil Agrícola

b) Há disponibilidade de Água? () Não () Sim Qual? () Riacho () Poço () Açude ()

Cacimba () Nascente () Brejo () Outro

c) Utiliza água para irrigação? () Não () Sim Que Tipo de Irrigação?

d) Adubação: () Sim () Não Qual?

f) Tecnologias Adotadas: () Mudas Certificadas () Sementes Seleccionadas () Correção do Solo () Poda () Compostagem () Outros

g) Preparo do solo: Gradagem Aração Subsolagem
Outros: _____

i) Quais as Pragas e/ou Doenças que ocorrem nas Plantações?

j) Meios de Controle: Químico Natural Cultural (poda, raleamento, queima do material infectado) Variedades Resistentes Outros

m) Beneficia a produção: Sim Não Tipo de Beneficiamento _____

n) Armazena a produção: Sim Não Tipo de Armazenamento / Quantidade: _____

o) Comercializa a Produção? Sim Não – Forma de comercialização: Intermediário
 Feira Livre Agroindústria Cooperativa Direto ao Consumidor Outros _____

p) Já foi beneficiado por alguma linha de crédito rural? Sim Não Qual o Banco?

q) Qual o destino do recurso?

r) Se tem dívida, qual o montante (R\$)?

Produção Vegetal

Cultura Área

(ha) Unid Produção Quantidade Receita

Custos da Produção Animal (R\$) mês ano

Vacina: _____ Remédio: _____ Ração: _____ Total:

Derivados e Processados Animais e Vegetais (Leite, ovos, manteiga, queijo, doces, etc)

Perfil Administrativo

Produção

- a) Você entende o que é diversificação de produção? Sim não
- b) Você faz diversificação de sua produção? Sim não
- c) Como você decide o que vai plantar?
- Tradição Rende mais dinheiro O que o banco financia O que a assistência indica
- d) Você faz parceria com outro agricultor para plantio ou criação de animais? Sim não
- e) Como você cuida das máquinas e equipamentos de trabalho?
- Mantém-nos limpos e abrigados em local adequado Deixa-os no local de trabalho após uso
- Não precisa conservar porque são resistentes
- f) A Assistência técnica tem trazido novos métodos de produção? Sim não
- g) Você segue as orientações do técnico do seu assentamento? Sim não
- h) Como é seu método de plantio/criação de animais?
- Utilizo meus próprios métodos Só faço o que o técnico diz Utilizo minha própria experiência aliada às orientações técnicas
- i) Quando surgem novas tecnologias/máquinas você
- adota rapidamente espera os outros utilizarem pra ver se dar certo não adota nunca/prefiro os que já conheço
- j) Você observa o que os outros agricultores faz de bom em seus lotes? Sim Não
- k) Você copia as coisas boas que vê em seu lote? Sim não
- l) Como você faz o registro financeiro das atividades de sua propriedade?
- Livros fiscais Caderninho de anotações Profissional contratado Pedir ajuda de pessoal da associação/cooperativa? utiliza computador
- m) Como você calcula os custos da sua produção?
- n) Faz levantamento de preços antes do plantio Deixa tudo por conta do técnico Não calcula

o) Suas atividades produtivas dão lucro?

Sim Não Não sei dizer

ANEXOS



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES E CAMPONESAS AGROECOLÓGICOS DO ALTO SERTÃO PARAIBANO – SERTÃO AGROECOLÓGICO

CAPÍTULO I Da Denominação e Finalidades

Artigo 1º - A Associação dos Camponeses e Camponesas Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano (Associação Sertão Agroecológico) é uma organização de Camponeses (as) Integrantes de Assentamentos e Acampamentos da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano e que tem como finalidade a organização do camponese (as) na produção e o escoamento de seus produtos.

Artigo 2º - A Associação Sertão Agroecológico se constitui como uma organização de princípios educativos, de integração e cooperação de economia sustentável solidária.

Artigo 3º - A Associação Sertão Agroecológico é uma sociedade civil de duração indeterminada, com sede e foro à Rua Francimeire Rolim de Albuquerque, nº 222 – Bairro: Remédios - Cajazeiras/PB.

CAPÍTULO II Dos objetivos

Artigo 4º - São objetivos da Associação Sertão Agroecológico.

- a) Unir os Camponeses (as) agroecológicos dos assentamentos e acampamentos integrantes da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano;
- b) Garantir a produção orgânica e agroecológica dos (as) camponeses (as) associados (as);
- c) Fortalecer a autogestão dos (as) associados (as) pela organização, administração e escoamento de seus produtos;
- d) Criar novos canais para escoar a produção orgânica e agroecológica dos camponeses (as) associados (as);
- e) Intermediar o escoamento dos produtos orgânicos e ecológicos exclusivamente dos (as) seus (suas) sócios (as);
- f) Favorecer a elaboração de projetos para beneficiar esta associação;
- g) Promover a formação e capacitação de temáticas afins desta associação;
- h) Solicitar assessorias necessárias para as ações eminentes dessa associação, através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou de remuneração com recursos próprios;



- i) Garantir os serviços técnicos especializados em produção orgânica e agroecologia para o acompanhamento dos (as) camponeses (as) – sócios (as), através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou com recursos próprios;
- j) Promover eventos de mobilização, intercâmbios e confraternização entre os (as) sócios (as) e seus convidados (as);
- k) Administrar os bens da associação;

CAPÍTULO III Dos (as) sócios (as)

Artigo 5º - São considerados sócios (as) desta Associação exclusivamente os (as) camponeses (as) que pratiquem agroecologia nos assentamentos e acampamentos integrantes da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano.

& 1º - É assegurado aos sócios (as) que estão em dia com suas obrigações, assim definidas no regimento interno, participar da assembléia geral desta associação com direito a voz e voto;

& 2º - Para admissão ou exclusão dos (as) sócios (as) deverá ser convocada assembléia geral que se instalará com a presença da maioria simples (50% +1) dos (as) sócios (as) com as contribuições atualizadas;

& 3º - A admissão ou exclusão dos (as) sócios (as) exigirá a aprovação da maioria simples (50% + 1);

& 4º - Direitos e deveres dos (as) sócios(as):

- a) Participar ativamente das assembléias gerais e de todas atividades promovidas por essa associação;
- b) Votar e ser votado (a);
- c) Deixar de ser sócio (a);
- d) Ser excluído pela assembléia geral quando agir contrariamente aos interesses desta associação ou deixar de pagar a contribuição no período de até 90 dias;
- e) Cumprir o regimento interno;
- f) Contribuir com a mensalidade.

CAPÍTULO IV Da Organização e administração

Artigo 6º - As instâncias da Associação Sertão Agroecológico são:

- a) Assembléia Geral;
- b) Coordenação Executiva;

- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho de Ética.

Seção I
Da Assembléia Geral



Artigo 7º - A **Assembléia Geral** é soberana. Consiste na reunião de seus sócios em pleno gozo de seus direitos, convocada e instalada de forma estatutária, ordinária ou extraordinária a fim de deliberar sobre:

- a) Eleger os membros da coordenação executiva, conselho fiscal e conselho de ética;
- b) Discutir e aprovar os relatório de atividades e os financeiros apresentados pela coordenação executiva;
- c) Fazer reformas estatutárias;
- d) Aprovar o regimento interno;
- e) Admitir e demitir sócios (as);
- f) Discutir propostas de projetos financeiros de órgãos governamentais e não governamentais;
- g) Decidir sobre comercialização de bens da associação no valor acima de quatro salários mínimos;
- h) Fixar o valor da contribuição mensal dos (as) sócios (as);
- i) Cassar o mandato de membros da Coordenação Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética, caso contrariem os objetivos da Associação, realizando-se imediatamente uma nova eleição para a substituição;
- j) Decidir sobre os pedidos de apoio a outras lutas afins;
- k) Aprovar a dissolução da Associação Sertão Agroecológico, desde que não restem menos de 10 pessoas.

& 1º - A Assembléia Geral realizar-se-á ordinariamente trimestral e extraordinariamente quando convocada pela coordenação executiva ou pela maioria simples dos (as) sócios (as);

& 2º - A Assembléia Geral, reunir-se-á, em primeira convocação, com a presença mínima de maioria simples, em segunda convocação, uma hora depois, presentes, no mínimo um terço de seus membros, e suas deliberações serão válidas quando aprovadas pela maioria absoluta dos (as) legitimamente votantes.

& 3º - Só tem direito ao voto em Assembléia Geral os (as) sócios (as) que estão em dia com a contribuição mensal e que são sócios (as) por mais de três meses, isso no caso dos(as) sócios(as) efetivos(as).



SEÇÃO II Da Coordenação executiva

Artigo 8º - A Coordenação Executiva é composta do (a) Coordenador (a) Executivo (a), Vice-Coordenador (a) Executivo (a), do (a) Coordenador (a) Secretário (a), do Coodenador (a) Tesoureiro (a), para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única reeleição sucessiva.

Artigo 9º - Compete a Coordenação Executiva:

- a) Convocar e presidir as assembléias gerais, conforme o estatuto e regimento interno;
- b) Representar a Associação Sertão Agroecológico junto a outras entidades;
- c) Submeter a cada Assembléia Geral o relatório das atas, planos de atividades, prestação de contas e balancete anual;

Artigo 10º - Compete ao Coordenador (a) Executivo (a):

- a) Convocar e presidir as Assembléias Gerais, na forma do Estatuto e Regimento;
- b) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Executivo;
- c) Representar ativa, passiva, judicial e extra judicialmente a Associação Sertão Agroecológico;
- d) Representar a Associação Sertão Agroecológico junto a outras entidades;
- e) Movimentar, juntamente com o (a) tesoureiro(a) e o (a) secretário (a) as contas bancárias da Associação Sertão Agroecológico e substabelecer para este fim;
- f) Praticar todos os atos de interesse da Associação Sertão Agroecológico que não contrariem o Estatuto;
- g) Substabelecer procurações para os devidos serviços bancários, de convênios e contratos que sejam de interesse da Associação Sertão Agroecológico.

Artigo 11º O (a) Vice-Coordenador (a) Executivo (a) substitui o Coordenador (a) Executivo (a) em sua ausência, impedimento temporário, ou vacância do cargo.

Artigo 12º - Compete ao Coordenador (a) Secretário (a):

- a) Secretariar as reuniões da Coordenação Executiva e da Assembléia Geral;
- b) Manter sob sua responsabilidade os livros e documentos da Associação Sertão Agroecológico;
- c) Substituir o (a) vice-coordenador (a) executivo (a) em sua ausência ou impedimento temporário;
- d) Na ausência do coordenador (a) secretário (a), a assembléia indicará um de seus membros.

Artigo 13º - Compete ao Coordenador (a) Tesoureiro (a):



- a) Ter sob sua responsabilidade os valores e bens da Associação Sertão Agroecológico como também os documentos financeiros e contábeis;
- b) Receber e efetuar pagamentos;
- c) Apresentar a Assembléia Geral a prestação de contas da Associação Sertão Agroecológico trimestralmente;
- d) Movimentar a conta e assinar conjuntamente com o coordenador (a) executivo (a) os cheques da Associação Sertão Agroecológico

SEÇÃO III Do Conselho Fiscal

Artigo 14 ° - O Conselho Fiscal é composto de três sócios (as) e, eleitos (as) pela Assembléia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, permitindo-se uma única reeleição sucessiva.

Artigo 15 ° - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários;
- b) Dar parecer anual sobre os relatórios financeiros e contábeis, balancete e investimentos;
- c) Opinar sobre as operações realizadas de compra e venda de patrimônio.

SEÇÃO IV Do Conselho de Ética

Artigo 16 ° - O Conselho de Ética é composto de três sócios (as), eleitos (as) pela Assembléia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, permitindo-se uma única reeleição sucessiva.

Artigo 17 ° - Compete ao Conselho de Ética:

- a) Zelar pelos princípios da produção orgânica, agroecologia e pelo respeito interpessoal e outros;
- b) Informar a Coordenação Executiva sobre questões ocorridas e constatadas para que seja aplicada as medidas devidas de acordo com o regimento interno.
- c) Zelar pelo cumprimento do regimento interno

CAPÍTULO V Das Eleições

Artigo 18 ° - As eleições da Coordenação Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética serão realizadas em Assembléia Geral ordinária ou extraordinária, convocada para esse objetivo com a presença de todos (as) os candidatos (as) dos



diversos cargos. A eleição será secreta, de acordo com decisão em Assembléia Geral e estarão eleitos os (as) candidatos (as) com maior número de votos, conforme previstos no **artigo 7º & 2º**.

& 1º - O local e o horário das eleições serão definidos em edital de convocação;

& 2º - As eleições serão realizadas no último dia do fim do mandato da coordenação anterior e a posse dos (as) eleitos (as) será no mesmo dia das eleições.

CAPÍTULO VI Do Patrimônio e Dissolução

Artigo 19º - Os recursos financeiros necessários à manutenção da Associação Sertão Agroecológico serão obtidos:

- a) Por convênios e/ ou contratos com órgãos e entidades governamentais ou instituições privadas para desenvolvimento e/ ou execução de projetos nas áreas específicas de sua atuação;
- b) Por contribuições dos Fundos de Feira dos produtos comercializados nas feiras agroecológicas dos seus sócios integrantes;
- c) Por doações, legados e heranças de pessoas físicas e jurídicas, privadas ou públicas nacionais ou estrangeiras, destinados a apoiar as atividades da Associação Sertão Agroecológico;

Artigo 20º - O patrimônio da Associação Sertão Agroecológico será formado pelos seguintes bens:

- a) Por 17 barracas (de estrutura de ferro e lona), 08 Reboques, 16 Balanças para as feiras agroecológicas de Cajazeiras/PB, Aparecida/PB e Santa Helena/PB;
- b) Outros bens a serem adquiridos por compras ou doações;
- c) A renda de seus bens e serviços;

Artigo 21º - A Associação Sertão Agroecológico somente poderá ser dissolvida quando não mais houver condições de cumprir suas finalidades, por proposta da Coordenação Executiva ou da maioria absoluta dos seus sócios, desde por maioria simples dos seus membros, em Assembléia Geral, especialmente, convocada para este fim.

Artigo 22º - Em caso de dissolução da Associação Sertão Agroecológico, seu patrimônio líquido será destinado às entidades congêneres que tenham a mesma finalidade institucional, com registro em cartório.



CAPÍTULO VII Das Disposições Gerais

Artigo 23 ° - A Particularização e complementação dos dispositivos do presente Estatuto são feitas por um Regimento Interno, cujas normas não podem contrariar nem revogar algo determinado neste Estatuto.

Artigo 24 ° - A Associação Sertão Agroecológico não responde por nenhuma forma, nem sequer subsidiariamente, por compromissos e obrigações de entidades congêneres, nem estas pelos compromissos e obrigações da Associação Sertão Agroecológico.

Artigo 25 ° - A Associação Sertão Agroecológico aplicará integralmente suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional, na manutenção de seus objetivos institucionais no território nacional.

Artigo 26 ° - A Associação Sertão Agroecológico não remunerará, por qualquer forma, os cargos de Conselho Diretor e do Conselho Fiscal, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas por este Estatuto.

Artigo 27 ° - A Associação Sertão Agroecológico, através de seus sócios (as), se compromete, quando for necessário, a repor as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação dos (as) coordenadores (as) executivos (as) ou Sócios (as), quando esses (as) forem designados (as) para representação desta.

Artigo 28 ° - Os dispositivos do presente Estatuto só poderão ser alterados pela Assembléia Geral, para isso convocada, mediante aprovação de maioria simples dos presentes com direito a voto, obedecido ao disposto no **Art. 7 °, alínea c.**

Artigo 29 ° - Os casos omissos nesse estatuto serão decididos no âmbito da Assembléia Geral.

Artigo 30 ° - O presente Estatuto foi aprovado pela Assembléia-Geral, em 08 de Maio de 2017, e entrará em vigor na data do seu registro no Cartório competente.

Cajazeiras-PB, 22 de Abril de 2017



CONSELHO DIRETOR:

Coordenador Diretor: Genival Neto de Sousa Genival Neto de Sousa
RG: 37.372.190-0 SSP/SP CPF: 072.960.894-82

Vice Coordenador: Genival Lopes dos Santos Genival Lopes dos Santos
RG: 1510418 SSP/PB CPF: 020.515.664-96

Coordenadora Tesoureira: Ana Cleide Gomes Pessoa Ana Cleide G. Pessoa
RG: 19344846 SSP/PB CPF: 025.233.654-21

Coordenadora Secretária: Maria do Socorro Gouveia Maria do Socorro Gouveia
RG: 783.979-2 SSP/PB CPF: 326.219.224-49

CONSELHO FISCAL:

1º Fiscal: Severino Pereira da Silva Severino Pereira da Silva
RG: 573.154 SSDS/PB e CPF: 676.225.004-10

2º Fiscal: Geraldo Barbosa do Nascimento Geraldo Barbosa do Nascimento
RG: 957.728 SSP/PB CPF: 103.259.558-24

3º Fiscal: Francisco de Assis Lúcio Francisco de Assis Lúcio
RG: 4.453.540 SSP/PB CPF: 329.931.707-59

CONSELHO DE ÉTICA:

1º Cons.: Maria do Socorro Ferreira Maria do Socorro Ferreira
RG: 1541656 SSP/PB e CPF: 992.634.244-20

2º Cons.: Francisco Renan Lisboa Francisco Renan Lisboa
RG: 3.714.687 SSDS/PB CPF: 096.656.374-36

3º Cons.: Francisco Jossean Alves Bezerra Francisco Jossean Alves Bezerra
RG: 2.442.196 SSDS/PB CPF: 033.765.644-42



CARTORIO DE 1º OFICIO "DIMAS ANDRIOLA".
CERTIFICO QUE PROCEDI O REGISTRO DESSE ATO, SOB
N.º 17228, LIVRO N.º A-28, FOLHA 241, PROTOCOLO N.º 34182,
DOU FE. CAJAZEIRAS - Paraíba, 06/08/2020.
RENE MOESIA
Selo Digital de fiscalização Tipo Normal A-AP023787-0HSP
Confira os dados do ato em <https://selodigital.tpb.jus.br>
EMOLUM. R\$: 168,18 FARPEN R\$: 5,01 FEPJ R\$: 33,23

Handwritten signature: Rene Moesia
1ª Tabelião Público